



FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu
LINHA DE PESQUISA: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

VANESSA GIL

***MULHERES EM MOVIMENTO MUDAM O MUNDO: O
EDUCATIVO NA/DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES***

Porto Alegre

2015

VANESSA GIL

***MULHERES EM MOVIMENTO MUDAM O MUNDO: O
EDUCATIVO NA/DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de mestra em educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marlene Ribeiro

Porto Alegre

Julho de 2015

FICHA DE CATALOGAÇÃO

Agradecimentos

Agradeço a todas as mulheres que lutaram, mesmo que sem saber ou ter a exata dimensão do resultado de sua luta, para que as mulheres pudessem ter acesso à educação formal. Sem elas, sem seus pequenos e grandes atos, essa dissertação jamais poderia ter sido escrita. Agradeço à Marcha Mundial das Mulheres e todas as militantes desse Movimento em todos os lugares do mundo. Sem elas, essa dissertação não existiria, nem faria sentido. Agradeço à minha mãe, Neusa, minha dinda, Leda e minhas avós Lourdes e Sueli. Sem elas, não teria podido estudar. Não seria a feminista que escreveu esse trabalho. Agradeço à minha orientadora, Marlene, sem seu carinho, maternagem e acolhimento, não teria continuado no mestrado. Agradeço à Rita de Cássia, sem a qual, tampouco, teria chegado aqui, não terminaria sem seu incentivo e olhar crítico sobre cada momento da construção dessa dissertação. Claudete Costa, que me acalentou, cuidou e protegeu desde sempre. Agradeço a Tatiana, minha companheira de vida e luta, pelo carinho, parceria e aprendizado. Cami, Íris, Suzana e Ingrid, que tão gentilmente me cederam entrevistas e tanto contribuíram para esse momento. Não posso deixar de citar Cintia Barenho que imbuída de toda a solidariedade feminista, assumiu para si tarefas militantes que me cabiam nesse período. Agradeço ao meu filho, Lucas, que desde pequeno teve de lidar com a ausência de uma mãe estudante, trabalhadora e militante, mas, mesmo assim, foi meu maior incentivador. Agradeço às amigas que me construíram como a Cintia, Tatiane e tantas outras que não nomearei porque foram tantas as mulheres que me presentearam com a sua amizade, que faltariam páginas nos limites da formalidade acadêmica, pois, como dizia a canção, “yo tengo tantas hermanas que no las puedo contar, y una hermana muy hermosa que se llama libertad”. Às mulheres de todo o mundo, obrigada pela solidariedade e pela liberdade ainda tão limitada que com vocês construo em resistência. Obrigada...

RESUMO

Esta dissertação investiga o educativo na Marcha Mundial de Mulheres, partindo da premissa de que os movimentos sociais populares são também espaços de educação. A opção pelo materialismo histórico dialético, como método, não é nada fácil no atual momento histórico. Isso porque este método exige uma rigorosa análise das múltiplas determinações que atravessam a sociedade de classes, mormente a atual. Assim, buscar condicionamentos e rupturas torna-se difícil num mundo acadêmico que busca fatiar o conhecimento e negar a possibilidade de captar a totalidade do real. Foram adotadas como metodologia: a observação participante, a pesquisa bibliográfica em materiais impressos e a análise de instrumentos audiovisuais. Análises de entrevistas semi-estruturadas também se fizeram necessárias. Como referência teórica fundamental trabalhou-se com os conceitos de anúncio e denúncia, de Paulo Freire, permitindo concluir, com isso, que a Marcha Mundial das Mulheres educa suas militantes em todos os aspectos da vida, além de alfabetizá-las politicamente para intervenção no mundo, incluindo os espaços públicos e privados. E com este movimento de anúncio e denúncia, proposto por Freire, observa-se que é possível construir o inédito viável, ou, mais propriamente, uma utopia realizável.

Palavras-chave: Feminismo. Patriarcado. Movimentos Sociais Populares.

ABSTRACT

This dissertation investigates the educational at the World March of Women, on the premise that popular social movements are also educational spaces. The choice of dialectical historical materialism as a method, it is not easy in the current historical moment. That's because this method requires a rigorous analysis of multiple determinations that cross class society, especially the current one. So look for conditions and disruptions becomes difficult in academia that seeks slice knowledge and deny the possibility of grasping the totality of reality. They were adopted as methodology: participant observation, the literature in printed materials and analysis of audiovisual instruments. Analysis of semi-structured interviews also were required. As a fundamental theoretical reference work was done with advertising concepts and denunciation of Paulo Freire, allowing to conclude, therefore, that the World March of Women educates its militants in all aspects of life, as well as literate them politically for intervention world, including public and private spaces. And with this announcement motion and complaint, proposed by Freire, it is observed that it is possible to build viable unpublished, or, more properly, an achievable utopia.

Keywords: Feminism. Patriarchy. Popular Social Movements.

SUMÁRIO

Introdução	07
1. Situando o problema: O que aprendemos com a Marcha	11
1.1 - Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor: Quando meus pés encontraram a Marcha.....	17
1.2 - Método.....	21
1.3 - Metodologia.....	25
2. O educativo da Marcha	29
2.1 - João, João, cozinha o teu feijão: batucada e cancionero.....	38
2.2 - Um outro olhar sobre o mundo: as formações.....	41
2.3 - Ações diretas: Nas ruas, nas redes e no roçado.....	46
3. Não semu de cansar não, nós somos da luta: Ações Internacionais	53
3.1 - Encontros internacionais: preparando as ações em todos os continentes.....	54
3.2 - Terceira Ação Internacional – 10 dias que abalaram o mundo.....	57
3.3 - Quarta Ação Internacional: Se cuida, seu machista, América latina vai ser toda Feminista.....	69
4. Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livre	73
4.1 - Por um mundo sem violência.....	76
4.2 - Autonomia do corpo	84
4.2.1 - Mercantilização do corpo e da vida das mulheres.....	85
4.2.2 - Prostituição.....	89
4.2.3 - Se o Papa fosse mulher, o aborto seria legal.....	97
4.3 - Autonomia Econômica	102
4.3.1- Economia Feminista: tirando as trabalhadoras da invisibilidade.....	104
4.3.2 - Trabalho Doméstico e de Cuidados.....	106
5. Considerações Finais	111
6. Referências	112

Introdução

A pesquisa aqui registrada tem, como ponto de partida, a pergunta: Qual o educativo na/dana Marcha Mundial das Mulheres (MMM)? Nunca houve dúvidas de que o Movimento estudado nessa dissertação educava suas militantes, porém busquei nele identificar, as ações efetivas que consolidam este educativo, a forma como ele aparece nos materiais visuais, no modo de resolução de conflitos e superação de contradições. Dessa forma, ao longo da construção do texto busco compreender como o Movimento Social Popular feminista – o MMM – educa suas militantes, através de quais materiais, sejam impressos, visuais, seja através de suas formas de manifestação, de organização e de intervenção no mundo.

Esta dissertação está dividida em quatro partes, além das considerações finais e referências bibliográficas. No capítulo um, *Situando o problema: o que aprendemos com a Marcha*, apresento o Movimento e quando este surgiu a partir da mobilização de mulheres em Quebec, no Canadá. Além disso, explico as razões que me fizeram ter interesse pelo movimento social Marcha Mundial das Mulheres, como sujeito da minha pesquisa. Faço isso a partir da minha trajetória de vida e da influência o mesmo teve sobre ela. Situo o momento político no qual o MMM está inserido, que é de acirramento do neoliberalismo com as consequências disso na vida das mulheres e, em especial, na expressão do feminismo. Logo em seguida, discorro sobre o caminho pessoal que me levou a militar na Marcha Mundial das Mulheres e a adotar o seu feminismo como orientador da minha práxis.

Nesse caminho de militância política, desenvolvi o interesse em compreender como se processa o educativo na Marcha Mundial das Mulheres, e como os aprendizados na Marcha se inserem na vida e na luta das demais companheiras. Ainda no primeiro capítulo, apresento os métodos de pesquisa adotados nas ciências humanas, explicando minha opção pelo materialismo histórico dialético, que, nesse momento histórico, não é uma opção fácil. Adotar um método que exige rigorosa análise das múltiplas determinações, analisá-las dentro dos marcos da sociedade de classes e buscar condicionamentos e rupturas está cada vez mais difícil num mundo acadêmico que, com grande intensidade, busca fatiar o conhecimento e negar as

possibilidades de captar o real em sua materialidade.

Sabendo que nenhuma pesquisa pode dar conta da totalidade do real, busquei chegar o mais próximo possível, adotando, como metodologia: a observação participante, a pesquisa bibliográfica em materiais impressos e a análise de instrumentos audiovisuais. Análises de entrevistas semi-estruturadas também se fizeram necessárias. Para tanto, entrevistei quatro educadoras, professoras da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul, que são militantes do Movimento. Escolhi tais mulheres por estarem diretamente trabalhando em educação e por um interesse futuro de ampliar essa pesquisa para o campo escolar. Porém, ao longo da coleta de informações fui percebendo a necessidade de dialogar com outras militantes. Algumas informações não estavam documentadas, exigindo que novas sujeitas¹ fossem contatadas. Além disso, dirigentes do Movimento, no âmbito nacional e estadual, também foram entrevistadas, conforme foi sendo demandado pela pesquisa. Vídeos, textos e sites, ou páginas registradas na internet, se mostraram ricas fontes de informação. Muitas das falas analisadas foram retiradas de vídeos colocados na internet pelo Movimento, tendo dois como fundamentais, “Seguiremos em Marcha até que todas nós sejamos livres”, que documenta a *Terceira Ação Internacional da MMM*, e o “Feminismo em Marcha”. Também foram analisados textos impressos e online do Movimento. As fotos utilizadas nesse trabalho também foram disponibilizadas pelo Movimento ou pelas militantes que as produziram.

No segundo Capítulo – *O educativo da Marcha* – resgato brevemente o debate teórico sobre a educação, ressaltando o trabalho como o educativo ontológico do ser humano, além do caráter pedagógico das experiências de luta. Identifico a Marcha Mundial das Mulheres como movimento profético que denuncia a realidade opressora e anuncia o que deveria ser, no caminho da construção do inédito viável, conforme explica a teoria de Paulo Freire. Nesse momento de anúncio e denúncia o MMM vai se educando politicamente na medida em que se educam suas militantes, se construindo e fortalecendo enquanto Movimento nesse processo educativo que a luta e a

¹ Em se tratando de mulheres, estou caracterizando-as como sujeitas porque, no masculino, ou seja, como sujeitos, estariam ocultas as trajetórias e lutas feministas para que as mulheres se assumam como autoras, também, da transformação social. Mas tenho clareza de que, tanto a expressão “sujeitos” como “sujeitas”, também assumem a compreensão de “submetidos” ou “submetidas”, contradizendo, portanto, aquela compreensão.

organização, mesmas proporcionam. Ou seja, na MMM o educativo é a própria luta política.

Assim, no segundo Capítulo apresento três espaços do Movimento, que julguei mais relevantes para pensar a forma como este se organiza e como, a partir dessa organização, educa politicamente suas militantes. O primeiro é a batucada, onde, utilizando-se a irreverência das letras do cancionero, as mulheres anunciam um mundo novo, denunciando o velho e definindo seu feminismo. O segundo são as formações, onde os temas prioritários são discutidos e as pautas de luta são construídas coletivamente. E, finalmente, o terceiro aborda as ações diretas, ou seja, as intervenções em espaços públicos.

Nesses espaços, importantes relações se estabelecem para a escolha dos materiais destinados à confecção dos instrumentos, dos tecidos próprios para adornar e que resgatem os processos de resistência das mulheres ao longo dos séculos. As formações e as ações constroem a práxis do Movimento e de suas militantes. Na formação, o diálogo se estabelece entre as mulheres que compõem o Movimento e as ações diretas levam esse diálogo para o espaço público, tão negado historicamente às mulheres.

No Capítulo terceiro: *“Não semu de cansar não, nós somos de luta: Ações Internacionais”* busco analisar os processos de organização dos encontros e ações internacionais da Marcha Mundial das Mulheres. Inicio tratando dos encontros internacionais, principalmente do 9º Encontro, ocorrido em 2013. Os encontros são fundamentais para a organização do Movimento nos diversos países, e se constituem enquanto momentos de construção de pautas comuns e de solidariedade feminista internacional. Além disso, esse é o espaço onde as linhas gerais das ações internacionais são definidas. Tendo realizado três grandes ações, é a terceira que se apresenta como base de análise. No Brasil, o Movimento reuniu duas mil mulheres numa marcha, de São Paulo a Campinas, que se estendeu durante dez dias. Nesse processo, a organização e as formas buscadas para a resolução dos conflitos apresentam-se como educativas no sentido político. A quarta ação, que já estava sendo construída durante a escrita dessa dissertação, também é analisada nesse Capítulo,

apresentando o processo de organização até a sua defesa em julho de 2015.

No quarto Capítulo – *Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres* – são apresentadas e analisadas as principais bandeiras de luta da MMM. Início com o tema da violência a partir de uma visão ampla, para além da física, procurando entender, enquanto participante do Movimento, que esta violência é estruturante da sociedade de classes. Em seguida, trato das questões referentes à autonomia do corpo, seja pela sua mercantilização, como no caso da prostituição, seja pela criminalização do aborto. Encerro este capítulo discutindo autonomia econômica das mulheres, central no debate trazido pela MMM, e a importância que toma, então, o trabalho doméstico e de cuidados para a manutenção do sistema capitalista, que nos impõe a necessidade de repensá-lo dentro das teorias econômicas.

Chega-se às *Considerações Finais*, sabendo que aqui se fazem apontamentos de uma dada realidade, mas também que estes não pretendem encerrar nenhum dos pontos abordados nessa dissertação. Após dois anos de estudos e pesquisas, concluo que a Marcha Mundial das Mulheres educa suas militantes em todos os aspectos da vida, além de alfabetizá-las politicamente para a intervenção no mundo, incluindo os espaços públicos e privados. E com este movimento de anúncio e denúncia, proposto por Paulo Freire, observa-se que é possível construir o inédito viável, ou, mais propriamente, uma utopia realizável, permitindo constatar, com isso, que A Marcha Mundial das Mulheres é composta por mulheres em movimento e, nesse movimento, são capazes de mudar o mundo de todas as mulheres e homens.



1. Situando o problema: O que aprendemos com a Marcha

A escolha do Movimento Social Popular (MSP) Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se deu tanto pelo fato de ser eu uma militante deste Movimento, quanto por ser esta uma organização transnacional, presente em setenta e seis países espalhados por todos os continentes, que busca a construção de consenso entre diversos movimentos sociais feministas ou mistos, na promoção de uma agenda de lutas comum visando à superação do capitalismo e do patriarcado. Conforme expresso em um de seus Cadernos de Formação:

Entendemos que o capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais. Para isso, aprofundou a divisão sexual do trabalho, fortalecendo uma divisão entre uma esfera pública e outra privada, a primeira considerada o lugar onde se dá a produção e a segunda onde se dá a reprodução (CADERNOS: MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2006, p. 3).

A Marcha Mundial das Mulheres representa um marco na recomposição do campo

anticapitalista do feminismo, como parte dos retrocessos dos movimentos populares, em particular nos anos de 1990, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desestruturação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS), quando o socialismo experimenta o descrédito e o neoliberalismo se instala com maior força. Nesse período, prevaleceu a hegemonia de uma profunda institucionalização e de uma agenda centrada nos aspectos normativos. Assim, frente à globalização neoliberal, não houve uma visão crítica global que integrasse as dimensões: econômica, política e social. (CADERNOS da MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2006, p. 5).

Na década em que neoliberalismo (ANDERSON, 1996) parecia se tornar hegemônico, foi quando suas contradições mais fortemente foram percebidas. A redução das ações do Estado, principalmente com a retirada de direitos sociais e a flexibilização das relações trabalhistas não afetam aos homens e às mulheres, da mesma forma. Assim, os efeitos da globalização, complexos e contraditórios, afetaram desigualmente os empregos masculino e feminino nos anos noventa do século XX. Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres, em nível mundial, com exceção da África subsaariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz, principalmente, em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina (HIRATA, 2010, p. 143).

Nesse contexto, no Canadá, mais propriamente em Quebec, no ano de 1995, feministas da Federação das Mulheres de Quebec (FFQ) realizaram uma marcha de 200 quilômetros, denominada Pão e Rosas, com a participação de 850 mulheres. Ao final, diversas pautas foram atendidas, como o aumento do salário mínimo, a concessão de mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Diante do sucesso da ação no contexto de retrocesso das ações de rua, surgiu a ideia de construir um Movimento que pudesse aglutinar as mulheres de diferentes Movimentos Sociais Populares, mistos e feministas, em torno da luta anticapitalista.

A auto-organização e o autofinanciamento das coordenações nacionais, além de sua ampla autonomia político-organizativa (no interior de um quadro dado nos momentos de coordenações mundiais), consentiram em relações de troca e parceria entre as componentes do Norte e do Sul dessa rede. Não se trata, de fato, de uma rede de solidariedade das mulheres do Norte para com as do Sul, mas de movimentos que se vinculam porque lutam, em suas casas, contra uma trama de sistemas globalizados e suas consequências na vida cotidiana das mulheres (DE MOND, 2003, p. 637).

Dessa forma, em 2000, aconteceu a primeira ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que contou com a presença de 5.000 grupos de 159 países e territórios. O lema dessa ação foi *“2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”*. Ao final, foi entregue à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, nos Estados Unidos, um documento com dezessete pontos de reivindicação, apoiado por cinco milhões de assinaturas.

Em 2005 aconteceu a segunda ação internacional. Novamente milhares de mulheres foram às ruas. Nessa ocasião, foi construída a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, da qual cito um trecho:

A Marcha Mundial das Mulheres, da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como o sistema de opressão das mulheres e o capitalismo como o sistema de exploração de uma imensa maioria de mulheres e homens por uma minoria. Estes sistemas reforçam-se mutuamente. Eles se fundamentam e se articulam com o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, a escravidão e o trabalho forçado. Eles legitimam os fundamentalismos e os integristas que impedem as mulheres e os homens de serem livres. Eles geram a pobreza e a exclusão, violam os direitos dos seres humanos, em particular os das mulheres, e colocam a humanidade e o planeta em perigo. Nós rejeitamos este mundo! (Site: <http://cartamundialdasmulheres.blogspot.com.br/> Acesso em 22/05/2014).

A terceira ação internacional ocorreu em 2010, com marchas e mobilizações em cinquenta países. O ato final da terceira ação internacional aconteceu na República Democrática do Congo. Segundo o site oficial do Movimento, no Brasil:

Em 2010, a Marcha Mundial das Mulheres realizou sua terceira ação internacional, nos períodos de 8 a 18 de março, e de 7 a 17 de outubro, com mobilizações de diferentes formatos em vários países do mundo. O primeiro

período marcou o centenário do Dia Internacional das Mulheres com diversas marchas. O segundo teve ações simultâneas, com um ponto de encontro em Kivu do Sul, na República Democrática do Congo, expressando a solidariedade internacional entre as mulheres, enfatizando seu papel protagonista na solução de conflitos armados e na reconstrução das relações sociais em suas comunidades, em busca da paz. Com o tema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, a 3ª Ação Internacional se baseou nos quatro campos de atuação sobre os quais a Marcha Mundial das Mulheres tem se debruçado. Os pontos são: Bem comum e Serviços Públicos, Paz e desmilitarização, Autonomia econômica e Violência contra as mulheres. Cada um desses eixos se desdobra em reivindicações que apontam para a construção de outra realidade para as mulheres em nível mundial. (<http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em 22/05/2014).

No Brasil, três mil mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas, idosas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, de todas as regiões do país, marcharam, entre a cidade de São Paulo e Campinas/SP.

É importante destacar que a Marcha Mundial das Mulheres é um Movimento que se diferencia dos movimentos tradicionais pela sua composição com diversos outros movimentos, servindo como um elo entre eles, como, por exemplo, a Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE). No Brasil, esta Rede está ligada à Sempreviva Organização Feminista (SOF)², que abrigou o Secretariado Internacional da MMM até 2013, quando este passou a ser sediado em Moçambique, no sudeste da África.

Situada na cidade de São Paulo, a SOF é uma Organização Não Governamental (ONG) que constrói projetos sociais de caráter feminista em todo o país. Grande parte desses projetos está ligada ao mundo do trabalho, com destaque para o papel exercido pelas mulheres na sociedade capitalista. A SOF é formada por militantes da MMM e, entre seus quadros administrativos, estão importantes teóricas feministas dos campos da Economia, Psicologia, Sociologia, e Educação, entre outros. Isso permite que a organização realize publicações periódicas que não só orientam suas militantes da MMM, mas balizam as práticas por elas expostas em suas ações de luta.

Sendo um Movimento transnacional, a MMM assume como princípio a solidariedade entre mulheres em todos os lugares do mundo, compreendendo o patriarcado e o capitalismo como estruturantes. Dessa forma, o Movimento esteve

2. Disponível em: <http://www.sof.org.br/em-movimento/marcha-mundial-das-mulheres/>. Acesso em 22/05/14.

presente em todas as edições do Fórum Social Mundial, entendido como um espaço possível para organizar agendas de luta convergentes (NOBRE; FARIA, 2003).

Somos solidárias às companheiras de várias partes do mundo que tem seus meios de vida afetados pelas empresas extrativistas, pela Vale e pela expansão do agronegócio como o projeto Pró-Savana, em Moçambique. Questionamos a presença militar do Brasil em missões militares no Haiti e na República Democrática do Congo, bem como a compra de armas e tecnologia militar de Israel. A Organização Mundial do Comércio retoma negociações que reforçam a assimetria entre os países e a mercantilização da vida. O Brasil, ao contrário deve promover outra integração, baseada na redistribuição, na solidariedade e na reciprocidade, o que nós mulheres do mundo já estamos construindo através de nossos movimentos.

(<https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/31/documento-brasil-feminismo-em-marcha-para-mudar-o-mundo/> . Acesso em 23/05/2015).

Baseada nesse princípio, a Marcha Mundial das Mulheres integrou a coordenação do Fórum Social Mundial Palestina Livre³, em novembro de 2012, em Porto Alegre. A compreensão do Movimento é de que, em contextos de militarizados, são as mulheres as principais vítimas, uma vez que são os principais alvos de estupros, e as que cuidam dos feridos e crianças. Além disso, o Movimento seguiu lutando para que o governo do estado do Rio Grande do Sul (RS) cancelasse o acordo de desenvolvimento de tecnologias para construção de satélites, com a subsidiária da empresa israelense Elbit Systems, a AEL Sistemas, localizada em Porto Alegre. Em dezembro de 2014, o projeto que utilizaria o conhecimento desenvolvido em universidades brasileiras, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), para impulsionar o mercado armamentista, foi cancelado pelo governo do estado/RS⁴.

3. Um dos textos de chamamento do movimento para o FSMPL está disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2012/11/30/ate-que-palestina-seja-livre/>. Acesso em 03/06/2015

4. Disponível em: <http://jornalismob.com/2014/12/03/protestos-pro-palestinos-acabam-com-projeto-militar-da-israelense-elbit-systems-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em 03/06/2015



Ilustração 2: Marcha de abertura do FSMPL. Acesso em 03/06/2015. Site: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>.

Na ilustração acima podemos ler, ainda, dentro dos pirulitos, como são chamados os discos que carregam as militantes, o chamamento para a campanha o BDS⁵, que significa boicote, desinvestimento e sanções. O objetivo é boicotar produtos, eventos e/ou qualquer ato que promova o Estado de Israel. O desinvestimento busca desencorajar qualquer investimento em instituições ou empresas israelenses e as sanções são ações como a promovida pela MMM em relação à Elbit, onde governos quebram acordos e impõe sanções econômicas e culturais a Israel, por conta do massacre ao povo palestino. A solidariedade com a Palestina é uma das muitas que a MMM constrói. Em todo o mundo ela tece uma rede de movimentos sociais, propiciando e fortalecendo mulheres e organizações (SCHERER-WARREN, 2006).

No RS, anualmente, a MMM realiza duas formações feministas, pelo menos, as quais se encerram com uma plenária de avaliação e organização. Nesse momento são tiradas as ações prioritárias do Movimento e as responsáveis pelo andamento de cada

5. Disponível em: <http://www.mppm-palestina.org/index.php/campanha-bds/91-que-e-movimento-bds/>. Acesso em 03/06/15.

uma, bem como os demais movimentos que serão chamados para compor o próximo encontro. Dessa forma, na formação de 2014, os temas debatidos foram a Copa do Mundo 2014 e o impacto na vida das mulheres, a legalização da prostituição como mercantilização do corpo, a reforma política e a vida das mulheres e a organização para a ação internacional de 2015.

1.1- Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor: Quando meus pés encontraram a Marcha...

Se ninguém nasce mulher, menos ainda feminista. Contudo, nascer com um órgão genital feminino, se não garante a identificação de ser mulher, impõe, desde sempre, um mundo de perigos determinados por ele. Não é sequer necessário estar desligada do corpo da mãe para que isso se apresente. É comum que, ao descobrir-se uma gravidez, os pais tenham o desejo de que aquele feto se apresente ao mundo, biologicamente, como um menino. Isso coloca a possibilidade da rejeição como a primeira violência que uma mulher pode sofrer.

A reflexão acima nasceu da minha própria história. Tendo engravidado ao completar quinze anos, lembro com nitidez do churrasco promovido pelo avô paterno do meu filho, ao descobrir que o primeiro neto seria um varão. Lembro-me, também, do desconforto que aquela festa me causou. Senti ali que alguém como eu, uma mulher, causava tristeza e rejeição e o fato de ser um homem, causava alegria e orgulho. Muito tempo se passou até que eu pudesse compreender a totalidade daquele sentimento.

Após o primeiro ano de vida do bebê, separada do pai dele, vivendo sozinha em uma cidade estranha, sentiria novamente o peso do patriarcado. Evidente que esse peso nunca me deixou, mas ele se apresentaria com mais força nas dificuldades materiais. Menor de idade, com ensino fundamental incompleto aos dezesseis anos e desempregada, necessitava da pensão alimentícia para os gastos com a criança. Essa

jamais foi recebida. Diante disso, tal responsabilidade recaiu sobre meu pai, que, como um bom patriarca, nunca me deixou esquecer o auxílio que me prestou.

Fui salva pelas mulheres. Uma tia e minha avó assumiram comigo os cuidados com meu filho para que eu pudesse continuar os estudos. Com o passar dos anos e o envelhecimento da avó, minha mãe passou a cuidar do meu filho. Não haverá séculos que permitam expressar todo o agradecimento que tenho por esse ato de acolhida da minha família. É graças a isso que hoje concluo esse mestrado, tendo concluído antes uma graduação, nesta Universidade, e duas especializações feitas anteriormente. Graças a elas, a essas três incríveis mulheres, Neuza, Leda e Lourdes, além de cientista social, sou professora concursada e mãe de um tetra campeão brasileiro de canoagem, que tem tatuado nas costas o rosto de Che Guevara. Isso é um sinal de que o pensamento crítico que sempre busquei construir com ele, é também uma de suas qualidades.

Na Universidade, com as leituras novas que se apresentavam, fui conhecendo melhor o mundo e me reconhecendo nele. Fui compreendendo que minha vida estava ligada à história de todas as mulheres que vieram antes de mim, que meus sofrimentos não eram individuais, mas condicionados por uma sociedade capitalista e patriarcal. Como já militava, na época, no Partido dos Trabalhadores (PT), senti necessidade de estar organizada com outras mulheres para mudar essa realidade.

A partir de 2010 iniciei minha militância junto a MMM, no Rio Grande do Sul, estado brasileiro onde nasci e me criei, onde também vivo e trabalho. Meu primeiro contato com este Movimento foi durante uma das formações feministas, onde cada militante que compunha a coordenação estadual era responsável por um tema. Além disso, as demais mulheres que já faziam parte da MMM tinham outras diversas tarefas, como limpar os locais de reunião, sistematizar as palestras, organizar os grupos e se revezar no cuidado das crianças.

Como cientista social, tendo alguma formação em Antropologia, foi impossível não perceber que havia ali uma forma de educar que ia além dos conteúdos colocados nos cadernos, onde se faziam as anotações durante os encontros de formação e serviam de base para os debates. Havia uma preocupação em tratar de temas específicos,

como a mercantilização da vida e do corpo das mulheres, mas também se buscava uma conscientização sobre a solidariedade feminista, compartilhamento dos trabalhos dos cuidados, entre outras coisas. Era um processo dialético, onde cada uma educava a si mesma e também as companheiras.

Após concluir minha graduação em Ciências Sociais, na UFRGS, também em 2010, conjuntamente com a atuação na MMM, iniciei minha primeira especialização em *Pensamento Marxista Clássico e Atualidades*. O curso contava com a presença de diversas mulheres, muitas das quais eram feministas. Causou estranhamento que, entre tantos temas abordados no Programa deste curso, nada tratasse, especificamente, sobre feminismo, gênero ou sequer de forma tangencial, sobre mulheres. Inclusive, chamava atenção que, entre as leituras indicadas como obrigatórias, houvesse poucas da autoria de mulheres. Diante disso, solicitamos a inclusão de uma disciplina que abordasse o tema gênero. Impressionante foi a resistência da coordenação da pós-graduação em História, da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), em atender nosso pedido.

Diante da resistência encontrada para o atendimento de tal demanda, foi-nos informado, por parte da coordenação do curso, não haver tal debate entre o marxismo clássico, nem professoras/es devidamente preparados que dominassem o tema. Não aceitando a resposta para a conclusão dessa pós-graduação, investiguei o debate sobre a dominação masculina entre os autores clássicos, como: Karl Marx, Friedrich Engels e August Bebel. O resultado foi um artigo⁶, destacando não só a presença dessas reflexões entre os autores citados acima, mas a invisibilidade que se formou em torno do assunto por questões ideológicas, não só da teoria econômica e social dominante, mas da herança estalinista que se estabeleceu após a morte de Lênin. Nesse processo, as publicações da Marcha Mundial de Mulheres foram fundamentais, pois algumas delas me serviram de fonte e referência, como Gonzáles (2010).

Quando, em 2012, iniciei a minha segunda pós-graduação, dessa vez em Políticas Públicas para Promoção da Igualdade de Gênero e Igualdade Racial, na PUCRS, permaneci buscando o materialismo histórico como método e pensando não

6. A Luta das Mulheres: Feminismo e Marxismo. Aceito para publicação nos anais do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião da Escola Superior de Teologia (EST).

apenas sobre o tema de gênero, mas sim, naquilo que é específico das mulheres nas questões educacionais. Procurei investigar e apontar as possíveis contribuições dos conceitos de Patriarcado e Economia Feminista para educação, na perspectiva da promoção da igualdade de gênero. Para tanto, relatei os dois conceitos principais Patriarcado e Economia Feminista, com linguagem e trabalho.

Além disso, apresentei algumas sugestões de atividades que permitiam utilizar os conceitos trabalhados no artigo, nos espaços formais de aprendizagem. Tal trabalho levou o título de *Patriarcado, Economia Feminista e Educação: caminhos para superação das desigualdades*⁷. Mais uma vez, o suporte da Marcha Mundial das Mulheres foi fundamental, pois, como no trabalho anterior, me deu condições para debater os conceitos dentro de uma perspectiva feminista marxista antirracista. Assim, desde que iniciei minha atuação junto a MMM, suas formações feministas, os textos disponibilizados, o debate trazido pelo Movimento me auxiliaram na trajetória acadêmica, profissional e pessoal.

Ao tornar-me educadora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, a partir de 2012, a cada conteúdo escolhido dentro da Sociologia, minha área de formação e atuação inicial, trazia um questionamento: quais os recortes de gênero, raça e classe que esse tema apresenta. Isso se tornou um exercício diário na minha prática pedagógica. Sempre que pesquisava um novo assunto, buscava essas três dimensões.

A importância que a militância na Marcha Mundial das Mulheres tomou na minha vida foi e é imensa. Os aprendizados constantes, a tomada de consciência do que significa ser mulher numa sociedade de classes, as transformações políticas e pessoais pelas quais passei, tudo isso me fez escrever essa dissertação buscando compreender o educativo da Marcha Mundial das Mulheres. A partir de agora começo a apresentar os resultados.

7. GIL, Vanessa. N. S.; GROSSI, P. K. Patriarcado, Economia Feminista e Educação: caminhos para superação das desigualdades. In: KRIEGER, Patrícia G.; ROZEK, Marlene (Org.). Políticas Públicas na Perspectiva de Gênero e Promoção da Igualdade Racial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, v. 1, p. 353-366.

1. 2 - Método

Entre os métodos de pesquisa em educação apresentam-se três relevantes: o positivismo que, mais tarde, dá lugar ao funcionalismo, a fenomenologia, e o materialismo histórico-dialético, conforme os autores: Ribeiro (1991); Triviños (1987). Apresentarei brevemente cada um e, em seguida, os motivos que me levaram a optar pelo último.

A partir das ideias de Augusto Comte (1973), nasce o positivismo, e o neologismo Sociologia, denominada inicialmente de Física Social. O surgimento do positivismo está ligado às profundas mudanças sociais ocorridas na Europa do século XIX, em uma sociedade que deixava de ser militar e teocrática e se tornava industrial e científica (LALLEMENT, 2004). Por isso, coloca-se a necessidade de encontrar explicações fora da metafísica e da ciência baseada em opiniões.

Dessa forma, o positivismo pode ser compreendido como um método refratário a toda e qualquer forma de metafísica, teologia e conhecimento baseado na experiência. Nele, somente aquilo que pode ser observado, medido e quantificado pode ser considerado científico. O rigor científico apresenta-se como neutralidade, defendendo a possibilidade e a necessidade da imparcialidade por parte do pesquisador. Portanto, para o positivismo, com base em Augusto Comte, o mundo social poderia ser desvelado da mesma forma e com técnicas similares às das ciências como a Biologia ou a Física. Nesse método de pesquisa não há, nem pode haver, o compromisso com a transformação social. Muito mais do que isso, o positivismo pretende manter a sociedade como está, hierarquizada e sem conflitos aparentes. Não é por outro motivo que a bandeira brasileira carrega a frase síntese do positivismo: Ordem e Progresso.

A partir dessa perspectiva, a teoria positivista, como orientadora da ciência, elege como critério único da verdade aquilo que pode ser comprovado através da experiência, dos fatos visíveis e positivos. Nessa concepção, surge a necessidade da

prova concreta, objetiva, clara, mensurável ou quantificável para que a academia científica aprove algo como uma descoberta científica. Dessa forma, o paradigma positivista conta com o apoio da estatística para que as variáveis sejam objetivamente medidas. Contudo, a sua característica mais marcante é a visão estática, fixa e fotográfica da realidade (BORGES; DALBÉRIO, 2007, p. 4).

Deve-se, reconhecer que tal método permitiu o desenvolvimento de uma ciência mais atenta à realidade, menos hipotética para a construção de métodos próprios para as Ciências Sociais. Porém, ao utilizá-lo, fica-se impossibilitado de trabalhar com as subjetividades dos sujeitos e com os condicionamentos sociais que esses apresentem.

O positivismo surge na França com a obra de Augusto Comte, como já afirmado, associada ao progresso das ciências físico-naturais e à necessidade de referendar as conquistas da burguesia. Sua influência se estendeu por pouco tempo, abrindo espaço para o funcionalismo associado à obra de Durkheim (1973) e, mais tarde, a Talcott Parsons (1984). Para ambos, a Sociologia e/ou a Antropologia analisam a sociedade do ponto de vista das funções que desempenham as instituições e as organizações, o que explica o nome adotado: funcionalismo. Para esta corrente sociológica, a pesquisa deve orientar-se pela objetividade e imparcialidade, tendo o pesquisador uma postura neutra, para não comprometer os resultados obtidos os quais pretende divulgar (DEMO, 1989; CASTRO; DIAS, 1985).

O funcionalismo compete com o behaviorismo ao colocar-se como uma alternativa às análises sociológicas e históricas, focalizando o estudo do fato social, para interpretar a sociedade a partir de duas características: coercibilidade e exterioridade. Sistemas integrados e constituintes da estrutura social desempenham funções intercomplementares, ao mesmo tempo em que gozam de relativa autonomia nesta estrutura.

Os comportamentos individuais que não correspondem às funções determinadas pelo sistema são caracterizados como desviantes ou disfunções e devem ser tratados no interior do sistema, visando o retorno ao equilíbrio orgânico. As desigualdades sociais aparecem em todas as sociedades, portanto, são universais afirmam os funcionalistas. Nessa ótica, a Psicologia (de cunho positivista) justifica-as como provenientes das diferenças individuais e a Sociologia classifica a população em camadas hierarquicamente superpostas, explicando a estratificação social através das ocupações profissionais; níveis de

escolaridade; status social; rendimentos; méritos; lugares que os indivíduos ocupam nos centros de poder. Segundo o funcionalismo, as desigualdades sociais são positivas porque estimulam a competição pela obtenção de melhorias no padrão de vida (ascensão social) e contribuem para o progresso da sociedade (RIBEIRO, 1991, p. 4).

O funcionalismo, também identificado como estrutural-funcionalismo, sustenta-se nas concepções produzidas pelo positivismo de Comte, conforme vimos. Teve enorme influência na produção sociológica e na formação docente, no Brasil, até o final dos anos 1970, com as universidades sob o controle da ditadura militar, influenciando tanto a formação dos pesquisadores quanto as análises sobre a educação brasileira (CURY, 1989).

Já a fenomenologia, surgida no pós-guerra, teve suas diretrizes principais formuladas pelo filósofo Edmund Husserl. Entre os autores contemporâneos que adotam a fenomenologia estão: Martin Heidegger, Karl Jaspers, e Maurice Merleau-Ponty, dentre outros. Segundo Triviños (1992, p. 43), a abordagem da fenomenologia "é o estudo das essências, buscando-se no mundo aquilo que está sempre aí, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço repousa em encontrar este contato ingênuo com o mundo." Dessa forma, está centrada na experiência do indivíduo, sem a qual os códigos da ciência não fazem sentido. Contudo, ao buscar a essência, mas considerando apenas experiência do sujeito, apresenta-se como ahistórica, desconsiderando as relações histórico-sociais que delimitam a experiência.

Por fim, apresento o método escolhido para essa dissertação, o materialismo histórico dialético. Para quem opta por esse método, a realidade é passível de ser conhecida. Porém, o mesmo exige uma rigorosa busca pelas diferentes determinações de caráter histórico, social e econômico da realidade pesquisada. Há, dessa forma, uma realidade concreta que é condicionada por diversos fatores e que está em constante processo de mutação, portanto, dialética, porque atravessada por contradições próprias de uma sociedade de classes em conflito, próprias do modo de produção capitalista, sobre o qual se assenta esta sociedade.

A dialética é uma categoria central para o materialismo-histórico, pois pressupõe o constante movimento das relações sociais de produção, que são antagônicas,

antagonismo este que se reflete na história humana. Não existe um mundo imutável a ser conhecido, nem um conhecimento fixo a ser descoberto. Tudo está em movimento e constante mutação. Porém, é possível a compreensão desse movimento. Como coloca Kosik (2002, p. 50):

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste num acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente nesse processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade.

Dessa forma, para o materialismo histórico-dialético a produção material da vida, ou seja, o trabalho é a categoria fundamental para a compreensão da sociedade e das relações sociais e, portanto, para a educação, pois é no trabalho que nos constituímos como humanos para viver em sociedade. Além disso, entende-se que são as condições materiais de existência em um determinado tempo histórico, que condicionam não só a consciência, mas a vida de forma geral. Dessa maneira, para uma pesquisa que busque conhecer determinada realidade é necessário compreender o processo histórico que envolve o tema pesquisado, sua relação com o modo de produção capitalista, sua relação com o Estado, o papel da política. Não basta descrever um fenômeno, tão pouco realizar uma análise das suas partes e depois somá-las. É preciso chegar ao concreto. Sobre isso, quando explica o método para economia política, Marx (2003, p. 248), afirma:

Os economistas do século XVII, por exemplo, começaram sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabaram sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que, partindo de noções simples tais como trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevaram até o Estado, as trocas internacionais e o mercado mundial. Este segundo é o método é evidentemente o método científico correto. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade.

Penso ser esse o método indicado para essa pesquisa, justamente porque a realidade das mulheres no Brasil, e no mundo, está profundamente relacionada com a forma de organização econômica do sistema capitalista. Deste modo, para discutir educação e movimento feminista, se faz necessário pensar a partir daquilo que torna esse movimento necessário, ou seja, as diferentes determinações econômicas, políticas, sociais e históricas que deram origem aos movimentos feministas e à Marcha Mundial de Mulheres, os motivos que levaram as mulheres a se organizar, compreendendo as inter-relações e interdependências, indo do específico para o geral e do geral para o específico, num movimento em espiral.

Para o materialismo histórico dialético não há metodologia a ser descartada a priori. Cada pesquisa poderá utilizar mais de um instrumento na busca de aferir a realidade. Dessa forma, também nessa pesquisa, trabalho na perspectiva de estar atenta ao que a própria pesquisa foi solicitando, revendo metodologia e incorporando conceitos quando julguei necessário.

1.3 - Metodologia

Pelo caráter dessa pesquisa, que surge da necessidade de não apenas conhecer uma realidade, mas contribuir para a transformação social e para a atuação do próprio movimento social popular estudado, a Marcha Mundial das Mulheres, da qual sou militante e atualmente coordenadora estadual, penso que a melhor opção será a pesquisa-ação, que Thiollent (2011, p. 26) considera:

Como estratégia de pesquisa, a pesquisa-ação pode ser vista como um modo de conceber e organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada. Neste processo, a metodologia desempenha um papel de

'bússola' na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das suas decisões por meio de alguns princípios de cientificidade.

Portanto, além de permitir o uso de diversas técnicas, é uma metodologia aberta para a dialética que envolve a própria pesquisa, ou seja, que permite repensar os instrumentos utilizados na coleta e sistematização dos dados, sem perder a rigorosidade científica. Contudo, contribui para o não engessamento da pesquisa ao nível de torná-la distante da sua indagação inicial para manter-se fiel ao que foi pensado e proposto em seu início e que pode, ao longo do trabalho de investigação, distanciá-la da própria realidade.

Entretanto, essa pesquisa esteve atenta às críticas ao pensamento marxista no que se refere às diferenças entre homens e mulheres dentro da sociedade capitalista, e que merecem um lugar especial na teoria sustentada pelas militantes da MMM, reconhecendo como infundadas as acusações de que sequer Marx preocupou-se com a dominação masculina sobre as mulheres, tampouco lhe deu a devida atenção dentro da teoria. Nesse sentido, Cotas (2002, p.21) esclarece a que “Marx priorizou uma dimensão da economia capitalista. O seu foco de estudo esteve nas relações econômicas mediadas pelas relações mercantis.” Contudo, Matthaei (2002, p. 52), também estudiosa da obra de Marx, afirma:

Acredito que os/as economistas feministas e antirracistas devem alicerçar seu trabalho na tradição teórica marxista, como expus acima, seja por sua natureza anticlassista, seja porque seu quadro teórico é mais coerente com a teorização feminista.

Como destaquei acima, enquanto pesquisadora, educadora e militante, procurei realizar uma pesquisa que não fosse descritiva, mantendo-me distante das sujeitas – as mulheres – com as quais realizei minha investigação. Os conhecimentos que eventualmente venham a ser produzidos nessa dissertação têm por objetivo qualificar a intervenção do/no movimento social popular sobre o qual reflete e intervém. Além disso, não foi pensada para ser uma pesquisa individual, mas um trabalho coletivo que envolveu as mulheres que dela fizeram parte, e que ao ser desenvolvido incorporou a

reflexão de todas as participantes para que pudessem, desde a sua elaboração, desenvolver uma práxis consciente daquelas e daqueles que dela participaram.

Dessa forma, tendo por objetivo conhecer e refletir sobre o educativo na Marcha Mundial das Mulheres, a partir de uma educação não sexista, trabalhei com a pesquisa participante, tendo optado por esta escolha pelo compromisso em, mais do que compreender, servir ao outro (BRANDÃO 1999, p. 12). A pesquisa participante inclui a observação participante que “Consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste.” (MARCONI, LAKATOS, 2010, p.177). Isso foi possível estando presente nos momentos formativos do Movimento – a MMM –, seus debates internos e suas estratégias de atuação, ações diretas e produção de materiais escritos.

Entretanto, cabe ressaltar, que nos meses anteriores à entrega dessa dissertação, pedi afastamento temporário da coordenação, no que compreendia tarefas que demandassem mais tempo, como participação em conselhos e reuniões com movimentos mistos, por exemplo, justamente para dar conta da pesquisa e da escrita. Contudo, segui acompanhando o andamento das pautas, participando de grande parte das reuniões e atos, dialogando com minhas companheiras e cumprindo as tarefas que me eram delegadas, ainda que em menor intensidade.

Assim, pensando nos termos da Educação Popular, o movimento feminista pode constituir-se como uma arma poderosa para a dissolução das relações patriarcais que permeiam a educação em seus vários níveis. Deste modo, inicialmente, entrevistei quatro militantes da região Sul do país, três da região metropolitana e Porto Alegre, e uma de Caxias do Sul, no RS, buscando identificar o educativo trazido pela MMM. Para entender melhor o sentido dos encontros internacionais foi necessário entrevistar Célia, suíça de nascimento, socióloga e residente em São Paulo, e que integrou o secretariado internacional da MMM no Brasil até 2013. Para a coleta de informações foi realizada entrevista com ela. Em relação ao nono Encontro⁸, por ser realizado no Brasil,

8. Trata-se do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, realizado em São Paulo/SP, de 25 a 31 de agosto de 2013, reunindo representantes dos cinco continentes do mundo. Consulta, em 08/06/2015, no site da MMM: <https://marchamulheres.wordpress.com/.../feminismo-em-marcha-para-m..>

há bastante material, cadernos, textos, vídeos, que facilitaram a compreensão do processo.

Além disso, pude estar presente, pois o mesmo foi realizado em São Paulo. Dessa forma, pela maior facilidade na coleta de dados, por ter participado como pesquisadora e militante e por ter sido o encontro onde se definiram diversas questões organizativas e programáticas da Quarta Ação, o nono encontro será mencionado com maior ênfase. Da mesma forma, realizei outra entrevista com Cinthia, militante lésbica da MMM para compreender o processo conflituoso que havia ocorrido durante a Terceira Ação Internacional, em 2010, entre mulheres, héteros e lésbicas, buscando entender como o Movimento resolveu tal situação. Além disso, foi fundamental a pesquisa bibliográfica, buscando os diversos materiais formativos e informativos impressos, audiovisuais, entrevistas para revistas e jornais da Marcha Mundial das Mulheres. As fotos e vídeos, quando não acessados diretamente no site oficial, foram cedidos pelas militantes e devidamente creditados.



Ilustração 3: Marcha Mundial das Mulheres: Cúpula dos Povos. Foto: Cintia Barenho

2. O educativo da Marcha Mundial das Mulheres

Neste Capítulo discutirei o que é o educativo na/da Marcha Mundial das Mulheres e como se constrói, procurando deixar claro porque entendo que há uma dimensão educativa neste Movimento e que precisa ser desvelada. Entretanto, julgo iniciar resgatando um pouco do debate teórico sobre o que é educação, como se educam os seres humanos que, para a linha de pesquisa à qual está vinculada esta pesquisa, ou seja, Trabalho Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), é a partir do trabalho, bem como o trago o que compreendemos por trabalho. Da mesma forma, julguei necessário fazer uma breve discussão sobre o surgimento da educação formal e a exclusão das

mulheres nesta modalidade de educação.

Nas chamadas sociedades primitivas as classes sociais eram inexistentes. Cada ser humano necessitava produzir os meios necessários à sua sobrevivência, através do trabalho. Dessa forma, a educação estava ligada diretamente à manutenção da vida, pois era necessário compreender como, com quais técnicas, com quais instrumentos poder-se-iam sanar as necessidades. O trabalho era um imperativo para todo o ser humano. Conforme Saviani (2007, p. 154):

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.

O desenvolvimento e o avanço das tecnologias utilizadas no processo de produção permitiram a criação de excedentes e a apropriação privada da terra. Tal fato permitiu que alguns pudessem viver do trabalho alheio, criando uma classe de proprietários. Daí em diante a educação seguirá dois caminhos, um para o trabalhador e trabalhadora, que continuarão educando-se pelo próprio processo produtivo, e outro que será para a classe dominante, identificada com a necessidade de explorar o trabalho alheio. E para esta serão criados espaços e serão formadas pessoas para promover a educação das elites.

Essa separação foi se acentuando, nos diferentes modos de produção, alimentada pelas diferenças de classe. Contudo, com o advento do capitalismo a produção que no feudalismo era praticamente de subsistência, torna-se baseada na geração de excedentes e na comercialização. O saber manual será transferido para produção feita através de máquinas que agora realizam parte fundamental do processo produtivo. Portanto, uma nova forma de organização da educação se fará necessária.

A universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna. Familiarizando-os com os códigos formais, capacitou-os a integrar o processo produtivo. A introdução da

maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola elementar. Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de conviver com as máquinas, operando-as sem maiores dificuldades. (SAVIANI, 2007, p. 159)

A educação formal, apesar de universalizada, dividiu-se entre educação para trabalhadores⁹ e educação para proprietários. A primeira contará com ensino primário e técnico profissionalizante, focada na formação manual, e a segunda organizada através de um currículo para formação intelectual dos proprietários, ou seja, daqueles que possuíam os meios de produção e deveriam comandar o trabalho, sem dele participar. Com isso, a tarefa da escola será, cada vez mais, incorporar as dinâmicas dos processos produtivos. Portanto, a própria organização da escola se deu de forma que, no ensino básico, fossem apreendidas as capacidades manuais e intelectuais mínimas, necessárias para a realização de processos fundamentais relacionados ao processo produtivo geral. Já no ensino médio essa especialização acentua-se, de maneira a qualificar para atividades mais complexas e, por fim, o ensino superior é organizado para o gerenciamento e desenvolvimento de novas tecnologias.

Como já salientado, no início a educação se deu exclusivamente pelo trabalho. Em seguida, com o surgimento das classes sociais, ela se ramifica numa educação mais complexa para a elite de proprietários e uma formação mais simples para aqueles que lidariam com as máquinas e as fariam funcionar para produzir. E quem eram os proprietários, senão os homens? E quem os educava, senão outros homens também formados por uma elite econômica de homens?

Dessa forma, há uma carência nos teóricos/as de diversas áreas, incluindo a educação, em refletir sobre os processos históricos os quais registram que as ações e determinações no âmbito desta educação não se deram da mesma forma para homens e mulheres. Se aceitarmos que o patriarcado é um sistema de dominação vigente, surgido através da divisão do trabalho e da divisão sexual do trabalho, da sociedade de classes, como podemos pensar qualquer tema historicamente sem considerar que metade da população inserida nesses contextos vivia uma opressão singular, a do

9. Aqui não há trabalhadoras, pois a educação formal, nesse momento, era exclusivamente para homens.

masculino sobre o feminino?

As mulheres historicamente vivenciam a desvalorização de seu trabalho. Ainda hoje, muitos estudiosos desconsideram o trabalho doméstico como fundamental para o capitalismo, na medida em que desloca força de trabalho feminina não paga para a manutenção e reprodução da força de trabalho masculina.

A reorganização exigida pelo sistema capitalista modificou a hierarquia social de diversas profissões, bem como os sujeitos que estavam “naturalmente” destinados a elas. Dessa forma, a educação que se universaliza passa a ser de responsabilidade do Estado e que, até então, estava sob o prestígio e responsabilidade dos homens e para os homens, passará, paulatinamente, a ser compreendida como um destino natural para as mulheres. Esse processo se intensifica a partir da segunda metade do séc. XIX na maioria dos países ocidentais (CHAMON, 2006, p.3).

A ideologia da sociedade capitalista patriarcal buscará naturalizar características historicamente construídas, como afetuosidade, maternagem, docilidade para justificar o lugar da mulher no processo educativo. Afinal de contas, elas estavam habituadas a ensinar e a cuidar as crianças. Como colocou Paulo Freire (1996, p. 25) "ensinar inexistente sem aprender e vice-versa". Dessa forma, nenhuma pessoa passa o dia sem nada aprender, pois toda a nossa existência é tomada por processos de socialização que são, por definição, processos de aprendizagem. Assim, quando falamos de educação, falamos de cultura, de relações sociais e de valores criados dentro de um determinado contexto histórico.

Diante desse contexto de desvalorização das mulheres, movimentos sociais populares que lutam pelo reconhecimento das mulheres, que buscam combater a sociedade patriarcal, apresentam-se como importantes espaços de educação, de formação humana.

Cabe ressaltar que nem todo movimento de mulheres, necessariamente é, ou precisa ser feminista. Muitas organizações de mulheres têm, por objetivo, intervir no mundo a partir da sua especificidade na condição de mulher, mas não necessariamente discutir a opressão feminina como os movimentos feministas nas suas várias expressões. Dessa forma, clubes de mães, de donas-de-casa, não necessariamente

são movimentos feministas (PINTO, 2003). Da mesma forma, nem todo movimento social é um movimento social popular. Organizações defensoras dos grandes proprietários de terras podem ser consideradas como um movimento social, mas não podem ser compreendidas da mesma forma que a organização do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), este sim, um Movimento Social Popular, pois:

A necessidade de identificar os movimentos sociais como populares deve-se à concepção (...) de que há movimentos sociais que se caracterizam como revolucionários, enquanto portadores de mudanças, e há os que são identificados como reacionários, porque resistem à transformação. No caso, penso que os movimentos sociais populares sejam os que lutam por transformações sociais. (FERRARO; RIBEIRO, 1999, p. 9).

Considera-se a MMM como feminista por assim se declarar e por atuar com forte crítica ao sistema capitalista, apontando o impacto que ele causa na vida das mulheres sob os mais diversos aspectos. Compreendendo que a sociedade na qual vivemos – homens e mulheres – está sob o jugo de um capitalismo que é, também, patriarcal, é possível afirmar que aliança entre eles – capitalismo e patriarcado – anula a igualdade entre os sexos e gêneros, para manter as classes sociais e suas diferenças. Para a MMM, a superação deve se dar tanto de um, quanto de outro, pois juntos se alimentam e se reforçam.

O trabalho pode ser visto numa tríplice dimensão, ontológica na criação da vida, pedagógica ao direcionar a sua atividade para produzir valores de uso e histórica porque, ao transformar a natureza, o ser humano transforma-se a si mesmo, torna-se humano. Mas esta tríplice dimensão acaba por transformar a classe em si, enquanto classe trabalhadora, numa classe para si, tendo este processo um caráter educativo associado à emancipação humana (MARX, 1983). Nesta pesquisa identifiquei a existência deste caráter educativo na/da Marcha Mundial das Mulheres através da sua organização, de sua estrutura, do processo formativo que aponta no sentido da sua emancipação enquanto mulheres.

Partindo de Marx, na obra citada, Frigotto (1989) analisa o trabalho como princípio educativo, lembrando que o mesmo pode ser utilizado na perspectiva da classe

dominante ou da classe trabalhadora. O trabalho quando compreendido como princípio ontológico do ser humano, é o instrumento através do qual as pessoas produzem os meios necessários para sua sobrevivência, e, ao fazê-lo, modificam a natureza, o meio, e a si mesmos, dialeticamente.

Implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação, situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu dever. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, nas quais o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (FRIGOTTO, 1989, p. 8).

Portanto, conforme este autor, o trabalho é tido como princípio educativo voltado para a classe trabalhadora e, no caso aqui focalizado, para as mulheres que se autodescobrem como gênero feminino em igualdade de condições ao gênero masculino.

Todavia, não é o trabalho o princípio educador na Marcha Mundial das Mulheres, mas a luta organizada, realizada e pensada de forma coletiva. O fazer-se na luta, o formar-se na luta, o aprender e ensinar entre mulheres é que vai se estabelecendo ao longo dos processos formativos. A pesquisa realizada demonstra que os processos coletivos da Marcha Mundial das Mulheres educam as militantes num momento de anúncio e denúncia como aponta (Freire, 1997). Os debates priorizados pelo Movimento organizam sua ação no mundo e no mundo se constituem como o educativo desse Movimento.

A MMM pode ser compreendida, através da sua ação na realidade, como profética no sentido dado por Freire (1997), pois denuncia as várias formas de violência que sofrem as mulheres dentro do capitalismo patriarcal, descortinando as íntimas relações que essas violações possuem como a destruição da natureza, privatização dos recursos naturais, mercantilização dos corpos das mulheres, entre tantos outros temas. Ao mesmo tempo, anuncia não só o que virá se tais condições não se modificarem, mas também o que deverá ser a partir da mudança que propõe, no sentido do educativo apontado por Frigotto (1989), voltado para a classe trabalhadora, e por Marx

(1983) tendo como fim último a emancipação humana.

Paulo Freire (1997) reflete sobre a necessidade da existência dessas/es profetas. Mas uma/um profeta que afirme o que será o futuro, que denuncie a realidade, anunciando o que ela pode vir a ser.

Para mim, repensar nos dados concretos da realidade sendo vivida, o pensamento profético que também é utópico, implica a denúncia de como estamos vivendo, e o anúncio de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É nesse sentido que, como o entendo, o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas falando de como está sendo a realidade, denunciando-a, anuncia um mundo melhor. (FREIRE, 1997, p. 672)

Assim, vai o Movimento denunciando e anunciando, bem como as possíveis modificações ou permanências mantidas/surgidas a partir da denúncia. Paulo Freire, na mesma obra, ressalta que o ser humano se constitui pela capacidade de intervir no mundo. Diferencia os seres humanos em dois tipos, um que, sabendo-se inacabado, intervém no mundo, fazendo sua história e a dos demais, e o outro que a tem como suporte, sem buscar modificá-la. E por isso a educação é permanente, histórica e materializada no tempo e no espaço, mesmo que, na mesma época, a realidade comporte formas diferentes de educação. Deste modo, homens e mulheres são capazes de reinventar objetos, novas formas de fazer as coisas no mundo, de não apenas repetir ou reproduzir como fazem os animais. Mesmo que sejamos condicionados, não somos determinados, ou seja, nada é impossível de mudar. Conhecendo as determinações, tendo consciência delas, podemos torná-las condicionamentos, pois apenas conhecendo-as podemos romper e superá-las (FREIRE, 1997).

A partir desse Movimento – MMM – educam-se as suas militantes, ou seja, ao anunciar e denunciar o Movimento constrói seu feminismo anticapitalista como princípio educativo. Seus cantos, batucadas, ações, textos, vestes, denunciam como é o machismo, a desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados, a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, a lesbofobia e apontam, ao mesmo tempo, como deveria ser. Esse processo de denúncia e anúncio promove um pensamento crítico não apenas

sobre os temas políticos e sociais de maior amplitude, mas, também, constrói e modifica a visão de mundo das militantes na sua vida, no cotidiano das famílias que as mesmas constituem, na sua relação com o mundo, com sua intervenção no mundo, fazendo dessa caminhada, o seu educativo do Ser Mulher.

O feminismo anticapitalista seria um princípio educativo dentro da Marcha Mundial de Mulheres no sentido de compreender as relações sociais de sexo, relacionando-as com o funcionamento da própria sociedade capitalista. Ou seja, as mais variadas opressões sofridas pelas mulheres se legitimam nessa sociedade a partir da forma como essa mesma sociedade compreende a produção de mercadorias, de como ela dá conta da produção e reprodução da vida, de como distribui, ou não, os recursos naturais, de como e onde se estabelecem relações de poder, a partir do lugar que homens e mulheres ocupam na sociedade de classes. É a partir de um feminismo que busca destruir tanto o capitalismo como o patriarcado que se constrói o educativo da MMM.

O mundo, quando nascemos, já está dado, sua organização, suas relações sociais já estão estabelecidas. Dessa forma, vamos conhecendo o mundo a partir da forma como interagimos com e nele. Contudo, pode-se passar toda uma vida sem o entendimento dessa realidade, sem reconhecer-se como integrante de um mundo forjado na interrelação entre sujeitos. Nesse reconhecer-se, compreendendo que cada uma vivencia uma experiência de maneira diversa, mas que pode se reconhecer na vivência uma da outra, realizando um processo de ação-reflexão-ação, é que se realiza o processo de alfabetização política, enquanto mulher. É que, então:

[...] devemos ter como objeto de nossa reflexão as nossas próprias experiências ou as de outros sujeitos no domínio que desejamos compreender melhor. Assim ser-nos-á possível – em diferentes momentos e não necessariamente na mesma medida- começar a perceber a significação real do contexto linguístico quando eu digo: o processo de alfabetização política. (FREIRE, 1975, p. 21).

Nesse sentido, a MMM alfabetiza politicamente suas militantes. Isso porque o analfabeto político não está relacionado com o fato de ser ou não letrado. É possível identificar um/a analfabeto/a político mesmo que este/a tenha uma formação até em pós-doutorado. Esse analfabetismo está relacionado com a impossibilidade de ler o

mundo, de compreender as relações sociais. E isso é muito comum entre as mulheres, uma vez que somos educadas pelo patriarcado, pelas instituições patriarcais. Esse se alfabetizar no mundo, para as mulheres, não é um processo fácil, pois a escola, a família, a mídia, a religião, estão a todo tempo educando nosso olhar para a autopunição, para a competição entre nós mesmas, para a desvalorização de tudo o que representa simbólica e concretamente o feminino e exaltando as características historicamente construídas daquilo que é masculino. Portanto, ao descortinar a trama de relações e interesses que se escondem atrás da moral, da política e das leis produzidas pela classe dominante e masculina, a MMM auxilia suas militantes a entender a razão das opressões que sofre e fazendo com que, principalmente, as percebam.

Também se identifica na MMM a organização da luta, através da constante reflexão, que é imprescindível, segundo expresso no pensamento de Freire (1987, pág. 29), quando diz que: “somente quando descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmo, superando assim sua convivência com o regime opressor”. Nesse sentido, organiza-se a ação, dando à luta sentido e tendo o cuidado de não cair no ativismo, mas na práxis necessária para a superação das “situações-limite”, concretizando os “atos-limite”. Ou seja, a ação para a superação, que é constante, pois uma vez que superamos uma situação-limite, outras surgirão, justamente pelo caráter histórico da vida humana.

Seus momentos de formação, seja nas batucadas, seja nas formações, ações diretas, encontros e ações internacionais são momentos balizados por uma pedagogia libertara onde “Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de re-criar este conhecimento”. (FREIRE, 1987, p.31). São neles que se percebendo como sujeitas, as mulheres reconhecem a unidade epocal, “conjunto de ideias, de concepções, esperanças, dúvidas, valores, desafios, em interação dialética com seus contrários, buscando plenitude” (FREIRE, 1987, p. 53), e tomando uma posição de construir o inédito viável, ou seja, superação das situações limites a as coisificavam.

Dessa forma, o educativo da Marcha Mundial das Mulheres é construído através de pedagogias contra-hegemônicas¹⁰, como a libertadora no sentido dado por Freire, quanto por Mészáros (2010, p. 90) quando este coloca a que “[...] a educação socialista se destina aos indivíduos sociais e não aos indivíduos isolados”. Suas ações coletivas - o enfrentamento ao patriarcado e ao capitalismo – se constituem como um educativo que visa à superação desses sistemas. Caminha no sentido contrário ao discurso hegemônico de que indivíduos humanos isolados podem superar suas dificuldades materiais.

2.1 - João, João, cozinha o teu feijão: A Batucada e os cantos...

A cultura de batucadas, charangas ou fuzarcas é comum em diversos movimentos sociais. Na Marcha Mundial das Mulheres são latas de tinta recicladas adornadas com tecidos de chita que dão ritmo aos cantos e palavras de ordem do Movimento. A cada marcha, ato ou encontro, ao longe já se podem ouvir vozes femininas denunciando suas opressões e anunciando o mundo que querem construir através da batucada da marcha. Geralmente, são compostas por mulheres jovens, mas não há impedimento para qualquer idade.

Boa parte das “batuqueiras” não sabe tocar qualquer instrumento musical, mas aprendem as batidas dos cantos junto com as demais militantes. Para tanto, o Movimento organiza oficinas onde as que estão a mais tempo com essa tarefa vão ensinando as mais jovens. Os instrumentos são feitos a partir de latas de tinta que as próprias militantes encontram pelas ruas da cidade. Como as latas amassam com facilidade, essa é uma tarefa constante, encontrar novas latas. Obras e casas em reforma são locais adoráveis para essas mulheres justamente pela disponibilidade de

10. Denominam-se pedagogias contra-hegemônicas aquelas orientações que não apenas não conseguiram se tornar dominantes, mas que buscam intencional e sistematicamente colocar a educação a serviço das forças que lutam para transformar a ordem vigente, visando a instaurar uma nova forma de sociedade. Situam-se nesse âmbito as pedagogias socialista, libertária, comunista, libertadora, histórico-crítica.

materiais que podem ser reaproveitados. Em Porto Alegre, cidade onde foram realizadas as observações participantes da batucada, as latas são armazenadas em uma sala disponibilizada pelo Sindicato dos Petroleiros/as, no bairro: Cidade Baixa. A responsabilidade pela organização, limpeza e conservação do local é de todas as militantes, logo, a cada atividade, mulheres diferentes ficam com a tarefa de organizar o local, transportar os materiais e levá-los novamente para a sala.

As oficinas de batucada compreendem mais do que aprender a bater nas latas e o ritmo dos cantos. O ato de reaproveitar latas, de reciclá-las, serve como metáfora para a própria história das mulheres ao longo dos séculos, que usam a criatividade para resistir. Usam o que tem disponível para criar instrumentos de luta e solidariedade. Dessa forma, cada uma aprende, além de usar o instrumento, construí-lo. Para as oficinas são levados tecidos de chita floridos, de várias cores, que servem para adornar, enfeitar e para fazer a alça que será posta no ombro da batuqueira para que possa sustentar o instrumento. Dessa forma, para que exista a batucada é preciso desprendimento de tempo, é preciso trabalho. Se entendemos que o trabalho é educativo, no sentido do fazer que educa, esse espaço do Movimento é, com muita certeza, um espaço educativo. É um espaço de resistência, onde o som das vozes das mulheres, que tantas vezes foi descartado da história, se junta ao som de materiais que foram para o lixo.

A foto abaixo registra uma oficina da batucada. O primeiro passo foi o de confeccionar as latas e ler, em conjunto, as letras das músicas. Em seguida, uma militante passava a dar o ritmo e ensinar às demais as batidas de cada letra.



Ilustração 4: Oficina de Batucada da MMM em Porto Alegre. Foto: Cintia Barenho

Ouvir letras das canções de luta da MMM que ganham vida na batucada é caminhar pelas pautas principais do Movimento. Cada uma delas sintetiza a visão de mundo deste Movimento. E é este um momento importante, pois, pronunciar as palavras durante as marchas, caminhadas, passeatas, ações diretas, o movimento de denúncia e anúncio é feito pelas militantes para elas mesmas e para as demais pessoas que estejam apoiando ou observando a atividade. É um momento de diálogo com a sociedade. As músicas fazem essa síntese das pautas.

*Sou Feminista...
"Sou feminista, não abro mão,
do Socialismo e da Revolução",*

Aqui se apresenta o tipo de feminismo que a MMM defende. É território comum afirmar que não existe “feminismo”, mas “feminismos”, podendo ser liberal quando busca apenas a igualdade jurídica com os homens, pós-moderno, quando ligado às teorias pós-estruturalistas e negando o que definem como metanarrativas, como, por exemplo, o patriarcado. Portanto, a MMM se situa e se reafirma no feminismo socialista, onde sem uma ruptura com o capitalismo não pode haver liberdade para as mulheres, como na letra abaixo:

*Seguir lutando...
Vamos seguir lutando com o povo
Vamos construir um mundo novo
Contra a violência e o machismo
Contra a pobreza e o capitalismo
Livres ou mortas, jamais escravas...*

São cantos de denúncia e anúncio, como um que se intitula *Cremogema: Queima, queima, queima que é transgênico/Pra acabar com a propriedade das sementes/A Monsanto, quer sempre o pior pra gente/Queima, queima que é transgênico!* As militantes presentes e que cantam não compreendem a violência contra as mulheres a partir de um ponto específico, mas buscam a totalidade, a ligação entre as partes, expondo o entrelaçamento de opressões e interesses que dão forma a sociedade patriarcal e androcêntrica.

2. 2 - Um outro olhar sobre o mundo: as formações

A Marcha Mundial das Mulheres tem como princípio a formação política de suas militantes. Os materiais que expressam a visão do movimento estão disponibilizados de forma impressa e online. Cada pauta de luta recebe um suporte para que as mulheres possam, não apenas se formar, mas realizar formações com as demais companheiras. De forma geral, muitos elementos se apresentam em todas elas e formam uma

identidade política e visual do movimento. Conforme a entrevista de Iris:

Vou ser bem sincera, esse coletivo de saúde me convidou e eu vim pra Porto Alegre, e quando eu vim pra Porto Alegre era uma plenária linda da Marcha, uma coisa que eu nunca tinha vivenciado. Por exemplo, esse elemento que a marcha tem de trazer um tecido mais colorido pra organizar o espaço da alimentação, no espaço da alimentação só ter frutas, ou cada uma traz alguma coisa pra comer junto, aquilo me chamou atenção, porque eu percebi que tinha muito isso do elemento do coletivo. A minha referência de coletivo veio da Marcha.

O tecido colorido ao qual a entrevistada se refere é a chita, pano de algodão com origem na Índia, que chegou a ser proibido de ser produzido no Brasil, devido às relações comerciais com a Inglaterra, principalmente durante séc. XVIII. Visto como roupa do povo, este tecido se diferenciava de muitas formas, principalmente das cores sóbrias utilizadas pela elite brasileira que insistia em manter as vestimentas europeias. Além disso, o preço baixo do tecido o popularizou como vestimenta da classe trabalhadora. “A chita nasceu pano popular. Vestiu populações carentes, escravos. Era o paninho barato, de fácil acesso ao povo”. (ROCHA,QUEIROZ, 2010, p. 05). Esse é o tecido utilizado nos estandartes, faixas, alças para a batucada e como toalha nos espaços de alimentação. Une-se ao sentido de coletividade, reforçado pela responsabilidade de compartilhar o alimento, o espaço da alimentação, historicamente entendido como espaço da mulher e, por isso, relacionado com o feminino. O tecido de chita, naquele espaço, expressa aquele como um lugar coletivo e de mulheres trabalhadoras, pois são essas que, ao longo da história, encontram nesse tipo de pano uma maneira de vestir a si e aos seus.

Contudo, se, por um lado, tais simbolismos valorizam o espaço historicamente construído para as mulheres, por outro, ele o reforça, apresentando uma possível contradição. A afirmação de uma militante de que seu sentido de coletivo veio do Movimento expressa-se como algo que vai além daquele momento específico no qual as mulheres estão reunidas. Ele educa o olhar dessa mulher para a valorização do coletivo, do compartilhamento. A mesma entrevistada expressa:

Eu, às vezes, tenho a impressão que a Marcha me ensinou mais coisas sobre o mundo, sobre a sociedade, do que muita aula da minha faculdade de história. Então, a Marcha me educa para um outro olhar sobre o mundo. E, portanto,

sobre um outro olhar sobre o que é ser mulher, do que pode vir a ser uma mulher e que não existe estabelecido nenhum papel concreto. Isso foi a Marcha que me deu. E acho que a marcha lança esse desafio sobre o educativo de como, se a gente se organiza num movimento, se todas as relações que se estabelecem são em sociedade, portanto são coletivas, como que eu acho uma alternativa coletiva para o que tá colocado?

As formações, de forma geral, dentro da MMM/RS, obedecem uma mesma dinâmica. A cada formação, são realizadas reuniões da coordenação estadual com as militantes da cidade que receberá a atividade. Geralmente, tais formações são divididas em dois momentos, um formativo e outro organizativo. Primeiramente, uma ou mais participantes que possuem familiaridade com o tema o apresenta, colocando o que já foi acumulado pelo Movimento até aquele momento, denunciando o impacto do tema sobre a vida das mulheres. Em seguida, é feita uma divisão em grupos, tendo sempre uma mediadora previamente escolhida e que, para tanto, já estudou o tema para facilitar o trabalho do grupo. Esse momento possui duas dimensões. Primeiro são discutidas as percepções de cada pessoa ali envolvida sobre o tema, as experiências que as mesmas têm com o assunto e o que pensam sobre ele, ou seja, uma dimensão formativa no sentido da troca.

Sendo a MMM um movimento composto por mulheres diversas, do campo, da cidade, jovens e idosas, as trocas, nesses momentos de fala e escuta, permitem que cada uma aponte novas dimensões a cada ponto apresentado e/ou debatido. Permite que cada uma coloque seu ponto de vista, a partir da realidade que vivencia, ampliando a reflexão das demais sobre o que deve ser denunciado. Segundo, a partir dessas trocas, da compreensão coletiva do tema, são pensadas as estratégias de luta. Como colocamos, depois da denúncia do que se precisa modificar, é preciso anunciar o que se pretende construir. Para tanto, é necessário que ações efetivas se consolidem. Conforme trecho da entrevista com Ingrid, que como educadora discutia a importância da educação não sexista, este:

É um momento de reafirmar várias coisas, de pensar vários problemas, que nem numa outra oportunidade de reunião, de plenária da marcha, nós conversamos no nosso grupo, porque a sala estava dividida em grupos, eu questioneei muito essa relação que a marcha deveria ter com educação. Como a marcha como

Movimento social ela é nova e como movimento social ela é, não digo diferente, mas curioso, se manifesta em rede mesmo não sendo de corpo presente daqui de Porto Alegre com companheiras lá de Ijuí, de sei lá aonde, funciona de um jeito diferente.

As formações e plenárias estaduais permitem que as mulheres possam se (in)formar sobre os problemas e lutas de outras companheiras e que, juntamente, criem formas de luta comum. E esses momentos formam essas mulheres para além das ações imediatas. Como as entrevistadas eram professoras, uma das perguntas era se levavam e como levavam os temas das formações para sala de aula. A entrevistada Cami lecionou para mulheres em um curso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) voltado para esse público e sobre isso conta:

Mas as mulheres estavam lá e isso aparecia a todo momento na sala de aula. Aquilo ali já foi uma outra experiência, por exemplo, onde eu consegui, com certeza, com a minha experiência, a minha leitura, a possibilidade de já ter militado e ter tido acesso a essas leituras me formaram com esse olhar. Isso é certo que eu carrego em todos os espaços e isso acaba, quando tu participas de um espaço só de mulheres, é muito interessante quando tu falas alguma coisa, que são as nossas falas também, nossos espaços de auto-organização, né? São dos mesmos tipos de opressão que nos estamos falando. Elas sabem, elas sentem quando a gente fala dessas questões, elas trabalham, trabalham pra caramba, se quer falar de trabalho então fala dessas mulheres, mães, solteiras, trabalhadoras, muitas desempregadas, em situação de pobreza, situação de violência, muitas vidas ali marcadas pela violência, e é isso né? E ali, então, com certeza, tu consegues ter tido esse olhar do Movimento, faz com que a experiência... Foi bacana, aquilo que aconteceu na sala de aula.

Então, o que se aprende e ensina nessas formações, essas trocas entre diferentes mulheres, vindas de diferentes movimentos sociais, com diferentes orientações sexuais, raças e etnias e reconhecendo o capitalismo patriarcal como responsável principal pelas suas opressões, tudo isso passa a fazer parte da visão de mundo dessas mulheres, na forma delas intervirem no mundo.

Como movimento social popular que compõe a Central de Movimentos Sociais, tendo em sua executiva a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a MMM também é constantemente convidada para conduzir formações feministas para outros movimentos, muitos deles mistos. Entretanto, na MMM apenas mulheres podem militar,

e, evidentemente, somente mulheres participam de suas próprias formações. Isso porque, para elas, a auto-organização é fundamental. Sobre isso, segundo trechos das entrevistas:

Tu consegues socializar coisas, as trocas, as falas, as experiências. né? E essa coisa da identificação que todas têm quando se fala em alguns aspectos da vida em sociedade. Tu consegues ter um reconhecimento de vivências, de experiências em sociedade daquelas mulheres. (Camila).

[...] não entendia porque os homens não participavam. E foi na construção dentro do movimento feminista e a Marcha me ajudou muito com isso depois, pra entender a questão da organização e da necessidade da formação feminista não ter a participação de homens, ela ter apoio, ela ter solidariedade, ela ter a parceria, mas a demanda não é dos homens, ela os tem como parceiros. Então, essa formação feminista é fundamental pra que a gente mesma não caia nas coisas que, às vezes, sem a formação talvez a gente acabasse tendo uma opinião bem senso comum e acabasse reforçando uma opressão. Então, a formação é fundamental pra gente não sair repetindo coisas que para o movimento feminista ou para o movimento de mulheres não serve pra nada ou não ajuda. (Ingrid).

O Movimento transforma as relações pessoais, familiares e afetivas, lançando um novo olhar sobre elas. Um dos momentos mais bonitos dessa dissertação foi o trecho que segue da entrevista com Íris, onde coloca a forma como a MMM a fez rever a relação com a própria mãe:

(...) sempre tive conflito com a minha mãe, especialmente porque a minha mãe ficou muito pouco em casa, na minha família a gente teve uma criação diferente da tradicional, minha mãe trabalhava fora e meu pai era o dono do lar, né? E eu sempre tive uma revolta que a minha mãe era muito ausente em casa. E com a marcha eu entendi que a minha mãe era ausente porque a minha mãe trabalhava o dia inteiro, ela era uma trabalhadora. Foi a Marcha que me fez entender a minha mãe não só mãe, mas a Helena mulher que trabalhava, que tinha que estudar, que tinha que correr atrás e que esse mundo constrangia ela, fazia ela sofrer. A Marcha me fez enxergar ela como Helena. E isso é bem importante, foi bem importante, porque as vezes a gente milita e fala das mulheres como se isso não fosse intrínseco das relações familiares.

Ou seja, educa para o mundo, para as relações em todos os âmbitos. Além disso, o Movimento coloca os homens no lugar de parceiros, mas não protagonistas. Isso pressupõe que as mulheres possam sentir-se livres para reconhecerem-se, falarem

abertamente sobre suas percepções, operando na direção apontada por Freire (1975, p. 21) “quanto mais formos capazes de descobrir porque somos aquilo que somos, tanto mais nos será possível compreender porque a realidade é o que é.”.

2. 3 - Ações diretas: Nas ruas, nas redes e no roçado.

A MMM tem como instrumento de luta a realização de ações diretas. Ou seja, intervenções pontuais sobre temas que concentram a atuação de suas militantes em espaços e dias específicos. As ações Diretas¹¹ podem fazer parte de jornadas de lutas ou das Ações Internacionais pontuando ou acentuando determinado aspecto, ou ser ela mesma a atividade principal. O objetivo é chamar a atenção da sociedade em geral para o debate que o Movimento está realizando, problematizar datas comemorativas, demonstrar apoio a outros movimentos ou solidariedade por acontecimentos que sejam do interesse da luta feminista e ocupar espaços públicos.

Toda a formulação política da MMM não reverberaria na vida das mulheres se elas já não conhecessem a Marcha. A ocupação do espaço público através das nossas ações de rua cumpre uma tripla função: fortalecer e naturalizar a ocupação do espaço público entre nossas militantes orgânicas; demarcar a identidade do movimento no cotidiano e na memória da população; e, sobretudo, comunicar, convencer e conquistar outras mulheres para o feminismo (<https://encontrommm.wordpress.com/2013/09/02/marcha-mundial-das-mulheres-como-um-portal-para-o-espaco-publico/>.) Acesso em 23/05/2015).

Os chamamentos para as ações ocorrem através das redes, mas também nas ruas e no roçado. O objetivo é alcançar mulheres de diferentes localidades e realidades. As redes sociais são, cada vez mais, um espaço de disputa, mas, principalmente, de divulgação do Movimento e de suas ações. Além da velocidade na difusão das informações, permite que todas as militantes possam construir e difundir os

11. Outras ações realizadas no Brasil estão disponíveis no site: <https://marchamulheres.wordpress.com/tag/acao-direta/>. Acesso em 29/04/2015.

materiais, notícias, postagens. Contudo, não substitui a ação de rua, onde as militantes, presencialmente, constroem o Movimento e buscam impactar, denunciar, anunciar, refletir sobre temas feministas em locais onde exista uma concentração de pessoas ou onde uma violação dos direitos das mulheres esteja ocorrendo. Entretanto, muitas mulheres, principalmente em áreas rurais, têm no rádio o único ou principal meio de comunicação. Dessa forma, em um caderno produzido para orientar as comunicadoras:

Os meios de difusão que temos são tão diversos como nossas militantes, de maneira que é importante usar todas as suas formas. Muitas companheiras acessam a internet, outras não têm nenhum acesso. Por isso, é importante que a construção das comunicadoras da MMM seja pensada a partir do mote “nas ruas, nas redes e nos roçados” e chegue à todas aquelas que constroem o feminismo da Marcha Mundial das Mulheres. (GUIA DAS COMUNICADORAS FEMINISTAS na 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres 2015, pág. 02).

Os temas são os mais variados, bem como a forma que a ação terá. A foto abaixo foi tirada durante um ato em frente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), durante a Cúpula dos Povos, em 2012. A instituição financeira é financiadora de obras de desenvolvimento em diversas regiões do Brasil. Junto a essas grandes obras formam-se redes de prostituição¹² e fazem crescer o número de estupros. A ação foi um chamado contra a exploração sexual e o desenvolvimento insustentável¹³.

12. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/cpmi-que-investiga-violencia-contra-a-mulher-recebe-denuncias-de-aumento-da-prostituicao-infantil-em-grandes-obras-no-norte-e-nordeste/>. Acesso 04/06/ 2015.

13. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/videos-3/>. Acesso em 04/06/2015



Ilustração 5: Ação direta realizada durante a Cúpula dos Povos em 2012. Foto: Cintia Barenho

Todos os anos a MMM realiza 24 horas de ação feminista pelo mundo. Em todos os países onde o Movimento está organizado, do meio dia a uma hora da tarde, militantes se mobilizam por um tema definido pela coordenação internacional. Em 2015 foi definido a precarização do trabalho e a luta pelo fim do trabalho escravo, integrando a IV Ação Internacional.

Foi escolhido foi dia 24 de abril para a realização da ação. A data marca o desabamento de um complexo de oficinas têxteis em Bangladesh, com um saldo de 900 feridos e 2.000 mortos, em sua maioria mulheres que trabalhavam por salários muito baixos e em péssimas condições. Segundo o site do Movimento:

Essa tragédia reflete a condição de precarização do trabalho a que ainda estão submetidas milhares de pessoas em todo o mundo e expõe toda a perversidade da divisão sexual e internacional do trabalho. (https://marchamulheres.wordpress.com/2015/04/23/trabalho-escravo-contemporaneo-qual-sua-relacao-com-as-mulheres/?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter). Acesso em 29/04/2015.

Um dos momentos de observação participante aconteceu em Porto Alegre, durante a ação realizada em frente a uma das filiais das lojas Renner, no centro da cidade. Recentemente, a loja foi multada¹⁴ após descoberta de oficina de costura que operava com trabalho escravo e continha 37 mil peças pertencentes à marca. Quase metade dos trabalhadores eram mulheres. Dezenas de militantes concentraram-se em frente à loja, coloram cartazes no chão e se revezaram as falas no megafone. Muitas eram sindicalistas e reforçavam a relação entre o uso da força de trabalho feminina nesse tipo de escravidão, com o avanço do PL4330¹⁵ que tenta flexibilizar ainda mais as relações de trabalho, permitindo a terceirização em todos os âmbitos das empresas. Os cartazes, faixas e falas buscavam dialogar com as trabalhadoras e pessoas que passavam pelo local, explicando que o argumento de defesa das grandes corporações em relação ao trabalho precário e escravo, que é justamente o de que não possuem responsabilidade pelos mesmos, uma vez que contratam empresas terceirizadas.

14. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/828/renner-esta-envolvida-com-trabalho-escravo-1352.html>. Acesso 29/04/2015.

15. Mais informações podem ser obtidas em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2015/04/10/somos-contra-o-pl-4330-das-terceirizacoes-por-mais-direito-e-nenhum-a-menos-para-as-trabalhadoras/>. Acesso em 29/04/2015.



Ilustração 1: Foto de Cintia Barenho. Ação direta de 24/04/2015.



Ilustração 2: Foto de Cintia Barenho. Ação direta de 24/04/2015.

Na ilustração 1 está um dos “lambes” colados na calçada em frente à loja. Nele o Movimento demonstra a discrepância entre o pagamento recebido pelas trabalhadoras/es e o lucro que tem a empresa que a contrata, no caso daquele material, a Wal-Mart, multinacional que controla diversas redes de supermercados. Na ilustração 2, em destaque, o panfleto distribuído na ação explicava a razão da mesma, bem como sua relação com o projeto de terceirização que mencionamos acima. Em varias outras cidades e países o Movimento escolheu empresas que estavam ligadas ao uso de força de trabalho escravo e dialogou com os impactos dessas relações com a vida das mulheres¹⁶.

Tais ações permitem que o debate vá para além do Movimento, descortinando as relações sociais envoltas nas diferentes formas de exploração e violência contra mulheres. Além disso, utiliza-se das redes sociais para divulgar tais ações, chamando as militantes e demais movimentos e divulgando vídeos, textos e fotos. Dessa forma, a ações acontecem também no mundo virtual, onde um número maior de pessoas pode ser alcançado, além das militantes que não podem comparecer aos atos de rua possam contribuir de suas casas e locais de trabalho.



Ilustração 3: Chamamento para ação na rede social twitter disponível no site: <http://mmm-rs.blogspot.com.br/search?updated-max=2015-04-24T08:39:00-07:00&max-results=7&start=7&by-date=false>. Acesso em 20/04/2015

16. Vídeo produzido pelo Movimento com as ações no Brasil disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=73ek1jEICZY>. Acesso em 29/04/2015.

Assim como nos materiais usados na ação de rua, nas redes sociais foi utilizada a [hashtag #quemfezsuaroupa](#).¹⁷ Percebe-se a intenção de levar as pessoas a refletirem sobre quem e em quais condições suas roupas foram produzidas, sobre seu próprio consumo e sobre seu trabalho, uma vez que muitas podem estar ligadas à rede que confecciona matérias-primas para o mercado têxtil.

Escolhemos duas ações, uma mais distante, em 2012, realizada somente no Brasil e outra mais recente, realizada em âmbito internacional, para tratar nessa dissertação pela sua dimensão e amplitude. Entretanto, muitas outras podem ser citadas e analisadas. Infelizmente os limites desse trabalho exigem escolhas difíceis de serem tomadas. Acreditamos que essa foi a melhor escolha porque traz muitos dos elementos da forma de luta da MMM, que alfabetiza politicamente não apenas suas militantes orgânicas, mas dialoga com a sociedade em geral.

¹⁷ As hashtags são utilizadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social, que estão ou são interessados no respectivo assunto publicado.



Ilustração 6: Terceira Ação Internacional da MMM 2010. Foto: Naiara Malavolta

3. Não semu de cansar não, nós semu de luta¹⁸: Ações Internacionais

A cada período de cinco anos é organizada uma ação internacional em todos os países onde a MMM está organizada. Diferente das ações diretas, essas ações funcionam como uma jornada, contando com atos e formações durante todo ano. Desde sua fundação, no ano 2000, já foram realizadas três ações e nesse ano, 2015, acontecerá a quarta.

Além das ações, são realizados encontros internacionais que servem para que as militantes de diversos países possam apresentar seus problemas locais e assim criar estratégias globais de ação e solidariedade. Além disso, permite que possam ser

18. A frase que abre este capítulo foi dita por militante idosa e camponesa, durante vídeo Seguiremos em Marcha, até que todas sejamos livres.

identificados os pontos de convergência entre os diversos problemas que enfrentam as mulheres em todo o mundo, bem como as interrelações entre eles. É o momento da ação, mas não uma ação ativista, que se realiza sem o entendimento e o debate das sujeitas que lhe dão vida. Nem se apresenta como um momento em que algumas seguem a liderança de outras, mas, sim, um momento em que a práxis se concretiza na ação, pois como lembra Freire (1987, p. 30):

É necessário que a liderança revolucionária descubra esta obviedade: que seu convencimento da necessidade de lutar, que constitui uma dimensão indispensável do saber revolucionário, não lhe foi doado por ninguém, se é autêntico. Chegou a este saber, que não é algo parado ou possível de ser transformado em conteúdo a ser depositado nos outros, por um ato total, de reflexão e de ação.

Os encontros são momentos em que se essas mulheres reúnem num mesmo tempo e local e estão ali como lideranças de seus países e territórios. Mas não são elas que irão definir o que se discute, mas são porta-vozes das discussões de suas organizações, expressando visões coletivas. As ações se apresentam como a concretização dessas decisões, como o momento em que a reflexão que torna ação coletiva internacional através da solidariedade e construção de pontos de convergência nas lutas transnacionais.

3.1 - Encontros internacionais: preparando as ações em todos os continentes

A Marcha Mundial das Mulheres realizou nove encontros internacionais, sendo eles: 1º Encontro Internacional, Montreal/Canadá, em outubro 1995; 2º em 2000, em São Paulo/Brasil; 3º Encontro Internacional, Montreal/Canadá, 2001, 4º Encontro Internacional, na Índia, 2003, o 5º Encontro Internacional, Ruanda/África, em 2004, o 6º Encontro Internacional, no Peru, 2006, o 7º Encontro Internacional na Galícia

(Estado Espanhol) em 2008, o 8º Encontro Internacional em Manila (Filipinas) em 2011, e o 9º Encontro Internacional em São Paulo/Brasil, em 2013.

Os encontros internacionais se apresentaram como o momento mais complicado nessa dissertação, do ponto de vista da coleta de materiais para a pesquisa. Nove deles já foram realizados, entretanto, somente o nono, realizado em 2013, em São Paulo, no Brasil, possui material disponível na internet, bem como cadernos impressos de preparação e resoluções do encontro. Dessa forma, foi necessário entrevistar uma militante suíça que possuía informações as quais poderiam explicar o funcionamento dos mesmos. Em conversas informais com outras militantes do Rio Grande do Sul, poucas reuniam conhecimento sobre como exatamente eram organizados os encontros, onde tinham acontecido e quais objetivos eles atendiam.

Segundo Célia, uma militante que entrevistei, os encontros têm por objetivos debater as linhas políticas gerais da Marcha, construir ou revisar documentos institucionais da mesma, debater a conjuntura a partir da visão feminista, anticapitalista/colonialista/racista/lesbofóbica, preparar as ações internacionais, eleger as membras do Comitê Internacional, fazer formação política. A escolha do país sede se dá ao final de cada encontro, onde as delegadas internacionais elegem o país que irá sediar o próximo. Cada Coordenação Nacional pode enviar de uma a três delegadas. As membras do Comitê Internacional também participam, independentemente se foram eleitas delegadas do seu país, ou não. Os Encontros acontecem a cada dois ou três anos.

As linhas gerais debatidas e definidas durante os encontros fazem parte da preparação política das ações internacionais. Os encontros que caem próximo a uma ação (por exemplo, o 9º em 2013, que foi o último antes da 4ª Ação Internacional) tiveram uma programação pensada para dar mais peso ao planejamento concreto da ação, debate de formato, lema, foco político, etc. Dessa forma, o 9º Encontro Internacional (2013) tratou mais especificamente da IV Ação Internacional (2015), como o 7º Encontro Anual (2008) tratou mais especificamente da 3ª Ação Internacional (2010). É o Comitê Internacional, com apoio do Secretariado Internacional, que define as programações e metodologias, conforme as demandas do Movimento e o 'subsídio'

das Coordenações Nacionais (com quem elas e o Secretariado Internacional estão em contato entre os encontros). A Coordenação Nacional sediando o Encontro também tem um papel na definição de ações locais.

O 9º Encontro Internacional da MMM aconteceu no Memorial da América Latina, em São Paulo, entre os dias 25 e 31 de agosto de 2013, reunindo 1.600 mulheres de 48 países dos cinco continentes. A programação¹⁹ apresentava vastos momentos de formação pela parte da manhã, com todas as participantes reunidas no auditório central nos três primeiros dias. Foram realizadas conferências, com os temas, respectivamente, “A trajetória do feminismo na América Latina”, “Feminismo e a construção de alternativas” e “Nossas trajetórias teóricas e correntes de pensamento”. Nos demais dias, os turnos da manhã e tarde foram ocupados com painéis simultâneos, tratando de diversos temas, como “Mercantilização, controle do corpo e sexualidade”, “Por que o feminismo tem que ser antirracista?”, “Feminismo e agroecologia, a experiência das mulheres na construção de práticas agroecológicas”, entre outros.

Diversos debates aconteceram em tendas armadas pelo pátio do Memorial, decoradas com as chitas tradicionais nas atividades da MMM. Na Tenda da Solidariedade, como era chamado esse espaço, manteve-se uma exposição permanente com as atividades de solidariedade realizadas nos vários países, pelas ativistas da MMM, e demandas de solidariedade frente a emergências sócio-climáticas, conflitos armados e criminalização de lutas sociais. Nelas aconteciam rodas de conversa com ativistas feministas do Haiti, Cuba, Palestina, República Democrática do Congo, República Centro Africana, Saara Ocidental, Bangladesh, Turquia e Grécia.

Sobre esse processo de conferências e painéis, a importância desse momento pode ser expressa pelo trecho que segue:

As lutas são comuns. As representantes de Moçambique, por exemplo, denunciaram as políticas de controle de seus territórios, que destroem as condições de sobrevivência, produção e autonomia econômica das mulheres para beneficiar empresas como a Vale brasileira. As brasileiras estão no mesmo processo de resistência ao avanço da mineração, por

19. Disponível em <https://encontrommm.wordpress.com/programacao-2/>. Acesso em 23/05/2015

exemplo, em Minas Gerais. Da mesma forma, desde as Filipinas e Bélgica, as militantes apresentaram como organizam a resistência a mercantilização do corpo, denunciando e combatendo a aumento da prostituição e tráfico de mulheres. Site: (<https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/27/por-um-feminismo-em-marcha-para-mudar-o-mundo-e-a-vida-das-mulheres>). Acesso em 23/05/2015.

Nesse processo as mulheres podem perceber que suas opressões possuem múltiplas determinações e, reconhecendo-as, podem lutar contra elas. Podem criar estratégias comuns. Podem se reconhecer em suas dores e alegrias. Podem conhecer as correntes que as prendem, movimentando-se juntas e as rompendo coletivamente. Educam-se a si mesmas e às outras. Transformam o geral a partir do específico. Ensinam o mundo que sempre haverá resistência e transgressão onde houver violência e opressão.

No encontro foram definidos os eixos da 4º Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, baseado na realidade opressora contra a qual as militantes tem se organizado. Trataremos com maior profundidade desse assunto no capítulo específico. O encontro também definiu a sede do novo Secretariado Internacional que, desde 2006, era no Brasil e foi transferido para Moçambique.

Portanto, os Encontros Internacionais são definidores da política do movimento, incluindo a construção de documento²⁰ que sintetiza sua ação e desafios para o próximo período. Permitem o diálogo entre mulheres de diferentes culturas e reforçam o sentido de solidariedade que será necessário para a efetivação das Ações Internacionais, onde o debate global ocorrido no Encontro será traduzido para ações locais.

3.2 - Terceira Ação Internacional – 10 dias que abalaram o mundo

20.Documento final do 9º Encontro Internacional da MMM disponível no site: <https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/31/documento-brasil-feminismo-em-marcha-para-mudar-o-mundo/>. Acesso em 23/05/2015.

A Marcha Mundial das Mulheres já realizou três grandes Ações Internacionais nos anos de 2000, 2005 e 2010. Analisar cada uma extrapolaria as possibilidades metodológicas dessa dissertação, por isso foi feita a opção de trabalhar com a terceira e quarta. A terceira pela amplitude e significado que teve no Brasil e pela vasta gama de materiais disponíveis para análise. A quarta, por estar em construção durante a escrita dessa dissertação.

A Terceira Ação Internacional foi lançada com marchas nacionais simultâneas e diferentes tipos de mobilizações entre os dias 8 e 18 de março de 2010, que também marcou o aniversário de 100 anos da Declaração do Dia Internacional das Mulheres por delegadas à 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague, em 1910; Foi encerrada com marchas e ações simultâneas ao redor do mundo durante o período 7 a 17 de outubro, terminando, oficialmente, com um evento internacional em Bukavu, República Democrática do Congo. A escolha de Bukavu como cidade de encerramento se deu pelo alto índice de violência contra mulheres em decorrência do contexto de guerra.

No total, 76 países de cinco continentes participaram na Ação Internacional, 57 dos quais organizaram atividades nos seus próprios países, e 19 dos quais mandaram delegadas nacionais para participarem em ações regionais e internacionais. A ação foi realizada nos períodos de 8 a 18 de março, e de 7 a 17 de outubro, durou 18 dias, com um público estimado em 80.000 mulheres e homens²¹.

Ao redor do mundo, nos lugares onde a opressão se faz sentir com mais força através da militarização, mulheres levantaram vozes e bandeiras na busca de um mundo mais justo e solidário. A amplitude dessa ação, em nível internacional, pode ser resumida pela seguinte citação de um documento da Ação:

A 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) iniciou-se a 8 de março de 2010. Desde essa data foram realizadas ações nacionais em 52 países, envolvendo diretamente mais de 38.000 mulheres que construíram plataformas nacionais em torno a quatro campos de ação: a autonomia econômica das mulheres, o bem comum e serviços públicos, a violência contra as mulheres, e a paz e desmilitarização. No Paquistão, as mulheres foram para

21. Documento disponível no site abaixo. Acesso em 23/05/2015.
http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/WMW_Book_2011_PORTUGUESE.pdf.

as ruas, mesmo depois de fundamentalistas terem explodido bombas para aterrorizar a população. No Mali, mulheres debateram a construção da paz e manifestaram-se em Gao, uma área de conflito armado. Na Grécia, elas realizaram manifestações contra a persistência de elevados dispêndios militares durante a crise financeira – num momento em que outros gastos públicos estão sendo cortados, denunciando a falta duma política pública em resposta aos níveis crescentes de desemprego (já elevados entre as mulheres). No Brasil, mais de 2.000 mulheres marcharam durante 10 dias sob a bandeira: 'Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2011).

No Brasil, ações foram realizadas durante o mesmo período. A ação principal foi uma marcha em São Paulo. Durante dez dias duas mil mulheres caminharam de Campinas a São Paulo num processo intenso de denúncia, formação feminista e de organização social. Muitos dos depoimentos que registraremos a seguir na tentativa de compreender esse momento foram retirados de um vídeo produzido pelo Movimento para documentar a ação²². Nele, Nalu Farias explica o processo de construção da ação:

No encontro da Marcha em Peru, em 2006, nós definimos já um pouco o caráter dessa ação de 2010 e definimos isso, que seria dez dias de ação e a proposta era de que a gente marchasse mesmo. Em novembro de 2008 a gente fez o primeiro seminário e em maio de 2009 nós definimos esse formato, que seria aqui de campinas a São Paulo, com esse esquema de alojamento e tudo, né? A nossa Marcha é de reivindicação, ela é de denúncia, ela é de diálogo com a sociedade. Nós estamos reivindicando, sim, políticas públicas, mudança nas políticas, mas também estamos querendo mostrar que as mudanças na sociedade tem que ser mais amplas pra gente realmente construir igualdade para as mulheres. (Vídeo: Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres, 01:55).

A riqueza desse material está na possibilidade de tornar visíveis as inúmeras vozes que foram e são silenciadas ao longo da história humana. Seguindo um padrão dos vídeos da MMM, não vemos a pessoa que realiza a pergunta e muitas vezes sequer a ouvimos. Dessa forma, somente as vozes e os rostos das mulheres marchantes aparecem. Cada dia essas mulheres dormem numa cidade diferente, caminham de uma rua a outra entregando textos impressos que explicam as razões de sua caminhada, carregando bandeiras de seus movimentos e cantando canções da

22. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=myXa1JFSZ9Y>. Acesso em 26/04/05

luta.



Toda a organização se deu de forma coletiva, através de reuniões, debates e formações dos núcleos. A capacidade organizativa de uma ação construída apenas por mulheres e de lugares distantes, onde muitas poderiam olhar nos olhos das outras companheiras somente no momento da ação, mas que deveriam construí-la juntas correspondeu às expectativas. Ao final se percebe que a ação aconteceu, deu certo e alcançou seus objetivos, tal como é expresso pelo seguinte trecho da entrevista com Íris:

E a outra coisa impressionante é tu juntar um monte de mulher no mesmo espaço, de vários lugares do Brasil, que na sua realidade lutam contra o machismo e tu juntar todas elas pra fazer uma ação que quando ela começou a ser construída todo mundo achou uma viagem, né? Vão marchar vários quilômetros, vão passar por várias cidades, vai ter espaço de formação política e a gente ficava pensando em como que isso ia acontecer e aconteceu, né? E tudo isso foi construído coletivamente entre as mulheres. Então, foi muito satisfatório saber que tu planejas uma ação e consegue executá-la toda de forma coletiva. (Íris, militante da MMM).

Organizadas, em fileiras, mulheres de diferentes lugares, campo e cidade, jovens e idosas, todas elas assumem tarefas diferentes para o bom andamento da ação.

Nós tiramos equipes nacionais responsáveis pela formação, equipes nacionais responsáveis pela saúde, pela infraestrutura, pela questão da segurança. Nós fizemos vários debates, com as mulheres das comunidades, de assentamentos rurais, de bairro, das cidades. (Conceição, Vídeo Seguiremos em Marcha, 06:00).

As militantes responsáveis pela alimentação iam à frente, com transportes terrestres. Essa equipe ficava com toda a responsabilidade sobre o almoço e a janta das duas mil marchantes. Conforme um trecho do vídeo: “Nós estamos lavando cerca de quatro mil marmitas e cerca de trezentos e cinquenta panelas, panelões onde é preparado o almoço e o jantar também”. (Lanuza Cristine, Rio Grande do Norte, VÍDEO TERCEIRA AÇÃO, 08:54)



Ilustração 7: Preparação das refeições na Terceira Ação. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/marchamulheres/4426314040/in/album-72157623478502177/>. Acesso 31/05/2015

As marchantes levantavam ao nascer do sol, armazenavam seus pertences, mochilas, roupas, colchões e guardavam nos caminhões que os levavam até o próximo destino. Alimentavam-se e iniciavam a marcha. No final do dia, montavam tudo novamente no destino e, então, iam para as formações.



Ilustração 8: Um dos alojamentos da Terceira Ação. Acesso 31/05/2015. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/marchamulheres/4426314040/in/album-72157623478502177/>.

Todos os dias havia um momento de formação. Apesar do cansaço, da caminhada no sol, sobre o asfalto quente, todas participavam desses momentos de debate. Todo esse processo é percebido pelas participantes entrevistadas como momentos formadores. Sobre isso, uma das educadoras entrevistadas para essa dissertação explica:

Durante dez dias, tu chegava e tu tinha uma rotina que era necessária também. Porque quando a gente fala de uma outra sociedade, a gente fala que as pessoas vão ter que ser mais ativas no processo, mais protagonistas no processo, que não tem alguém que manda, porque eu entendo que foi difícil pra quem tava no cotidiano ali, porque existia, existem muitas tensões em processos assim, né? E foi uma primeira ação da marcha aqui no Brasil de dez dias. Foi, eu acho, bem transformador e bem desafiador, assim, as vivências, a vida real do que é marchar, os espaços de formação, porque além disso tiveram espaços de formação muito legais. Foi importante não só marchar, mas ter esses espaços de troca, de debates. Foi bem interessante esses processos da vivência daquilo e como deve ter sido pra cada uma lá. Por que cada uma deve ter algo a dizer depois da volta, porque não foi fácil, né, guria? Não foi fácil, vou

te dizer. (Cami, militante da MMM).

Por que, claro, aquilo era uma experiência específica, mas é interessante tu ver como o processo de transformação ele é um processo muito interessante também pra quem vivencia aquilo, porque ele vai se dando ao longo do processo. As pessoas mudaram ao longo da marcha da terceira ação, né? Os momentos de vivência, tanto os de adrenalina, como outros de muito cansaço, como outros de estresse, de crise, de tudo isso, formou outras pessoas. Eu acho que é bem interessante em vários aspectos. Mas dá pra ver também que algumas coisas nós precisamos estar sempre fazendo, continuar fazendo esses encontros acontecerem. Esses impactos acontecerem, esses impactos acontecerem na sociedade, esses processos de transformação acontecerem. Tu vê que não é fácil e é bem transformador, assim, de educação interna, externa. (Cami, militante da MMM)



Ilustração 9: Formação com Aleida Guevara na Terceira Ação, em São Paulo. Foto cedida pelo Movimento.

Na foto acima, Aleida Guevara participa de uma das formações da 3º Ação. Importante destacar a pluralidade de bandeiras que se encontram ao fundo e que representam as mulheres que ali sentam no chão, sem ordem definida, para ouvir outra mulher, cubana, médica e declaradamente socialista. Isso pode ser considerado como transformador, pois quebra com a manipulação midiática que se faz em relação à Cuba, à vida nesta ilha revolucionária. Portanto, as formações apresentavam-se como espaços de educação contra-hegemônica, desconstruindo os bombardeios ideológicos que muitas dessas mulheres certamente sofreram por toda a vida.

Todo o processo da marcha era pensado como formativo e isso era percebido e

compreendido pelas militantes. Eram mulheres conscientes de seu papel naquele espaço e não dialogavam somente entre si, mas com o conjunto da sociedade pelos locais onde passavam, com as mulheres e homens que encontravam pelo caminho e, em especial, com aquelas que não podiam seguir com elas justamente pelo peso da sociedade patriarcal. Como coloca a outra entrevistada:

[...] Acho que a maior experiência foi a passagem pelas cidades onde a gente conseguiu perceber que as mulheres que nos recebiam entendiam que a gente tava em Marcha por um outro mundo possível, né? Por um mundo sem machismo e que elas não podiam ir conosco porque elas eram reféns desse machismo. Então acho que essa é uma marca bem importante da ação 2010. (Íris, militante da MMM).

A ação também foi fundamental para a organização nos estados brasileiros:

E também o estímulo que a ação deu, quando a gente voltou pros estados a gente queria fazer a revolução. Ou melhor, a gente acreditava que a revolução já estava em curso porque, mesmo voltando pra casa, tu ficava dias e dias naquela adrenalina que as discussões e, de alguma forma, até aprofundando a reflexão sobre tudo o que tu vivenciou naqueles dias todos e das conversas que tu teve, que tu ouviu enquanto a gente marchava, a partir de um horário a gente parava de marchar, montava o acampamento, o alojamento e aí tinha os cursos de formação. Então era uma dinâmica muito intensa, né? Depois da ação, a gente ganhou muito mais capacidade de organização mesmo, nos estados onde a Marcha é organizada. E de tornar público as nossas reivindicações, né? (Íris, militante da MMM).

A consigna “Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres” foi escolhida para marcar a ação. Ela demonstra a responsabilidade da ação com a libertação das mulheres, a partir de sua própria luta, bem como a nitidez de que nenhuma estará livre enquanto outra continuar a ser oprimida. Nas fotos a seguir está expressa a pluralidade das mulheres que participaram da ação e que dialogaram com a definição do feminismo da MMM: anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antilesbofóbico:



Ilustração 10: Mulheres do Maranhão. Ação 2010 da MMM. Foto do Arquivo MMM.



Ilustração 11: Mulheres trabalhadoras durante a Terceira Ação. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/marchamulheres/4426314214/in/album-72157623478502177/>. Acesso 31/05/2015.

Entretanto, a reunião de tantas mulheres com histórias de vida diversas não se deu sem conflitos. Uma das dificuldades se apresentou na relação das militantes héteros com as lésbicas e bissexuais. No segundo dia, algumas mulheres solicitaram que as lésbicas não usassem o mesmo banheiro que marchantes héterossexuais. O

entendimento era de que lésbicas não eram mulheres, ou não poderiam ocupar o mesmo lugar de mulheres que se consideravam heterossexuais. Sobre esse tema específico realizei uma entrevista com Cinthia Abreu, militante da MMM de São Paulo para compreender a forma como o Movimento tratou da questão. Diante do ocorrido, reuniram-se lésbicas e bissexuais que formaram uma comissão e foram buscar auxílio na coordenação da MMM. A orientação foi de que cada coordenação estadual, ou seja, a coordenação das responsáveis pelos ônibus dos estados, conversassem com suas companheiras para que o tema fosse tratado. Segundo Cinthia, sobre esse processo:

Acho que isso, pra mim, é um marco na Marcha Mundial das Mulheres, porque disso saiu uma coisa muito linda. O primeiro momento foi muito difícil, muito duro, inclusive para dialogar entre nós, lésbicas, porque as meninas mais jovens lésbicas, elas achavam que no outro dia teríamos que implodir a Marcha, nem deixar a Marcha sair. Então dialogávamos com as meninas, olha, se a gente implodir a Marcha a gente consegue dialogar com as mulheres héteros, a gente consegue colocar pra elas as nossas pautas? Mas essa é uma reflexão que nós, mulheres lésbicas mais organizadas, tínhamos naquele momento e não as jovens que estavam lá. Não tinham tanta construção política pra entender. Fizemos um chamado e eu disse olha, nós podemos implodir a Marcha amanhã sem problemas, eu vou com vocês, mas a questão é, isso vai melhorar a nossa vida? Nós vamos conseguir dialogar com as mulheres héteros? Elas vão sair daqui levantando a nossa bandeira? Com certeza não. Então, esse não é o caminho pra gente.

A opção feita pelas lésbicas foi de sair com a Marcha, entretanto, marcando muito mais no visual dos materiais, com corpos e rostos pintados.



Ilustração 12: Foto Terceira Ação. Cedida por Naiara Malavolta.

As rodas de conversa aconteceram e, segundo relato da Cinthia, muitas coordenadoras solicitaram ajuda das lésbicas, pois não sabiam os motivos que levavam essas mulheres a marchar. O vídeo²³, gravado durante uma dessas oficinas com a delegação de Alagoas, caminha no sentido do que foi descrito por Cinthia. No começo os rostos eram tensos, mas atentos. A mediadora buscava relacionar o preconceito sofrido pelas militantes por suas companheiras de marcha, com aqueles que elas sofriam no cotidiano. Logo, algumas delas passaram a relatar os preconceitos que parentes próximos sofreram por serem gays ou lésbicas. Um trecho da oficina traz o seguinte diálogo:

Eu quero agradecer à Cinthia, eu quero me aprofundar mais no conteúdo, eu quero saber falar mais de vocês, de bem viu? Sobre vocês. Sobre o Movimento,

23. Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T6ScrOyAsFc>. Acesso de 31/05/2010

quero ajudar, quero somar, quero contribuir para o movimento. Resgatar esse preconceito e sair desse preconceito. Sou feminista, do movimento de mulheres trabalhadoras rurais e pescadoras em Alagoas, sou feminista, trabalho na zona rural, e nas reuniões de mulheres onde eu tiver oportunidade, não vou deixar de falar das mulheres, de nós, como somos e o que pretendemos, certo!? (Vídeo Ação 2010 Lesbianidades, 01:50 h).

Nesse sentido, a Marcha da Ação 2010 possibilitou o encontro de mulheres que, mesmo integrando outro movimento, puderam ter outras vivências, de quebrar preconceitos e estabelecer novos paradigmas por conta da troca realizada nesses dias. A Ação possibilitou a troca de experiências entre Aleida Guevara e as pescadoras do interior de Alagoas. Permitiu que jovens universitárias, oriundas dos grandes centros urbanos, trocassem experiências, dialogassem com mulheres indígenas. E muito além disso, que organizassem coletivamente suas lutas, que incorporassem os desafios umas das outras na atuação política.

3.3 - Quarta Ação Internacional: Se cuida, seu machista, a América Latina vai ser toda Feminista

Em 2015 iniciou a Quarta Ação Internacional da MMM, organizada a partir do 9º Encontro Internacional de 2013. Lá foram definidos os eixos que sob a mesma consigna de 2010, iriam balizar as ações, intervenções e formações da Ação 2015 em todo o mundo; são eles: território, corpo e trabalho. Dessa vez, cada estado, no Brasil, organizará atividades diferentes durante o período da ação, entre os dias 8 de março e 17 de outubro de 2015, denunciando a exploração dos territórios femininos a partir de suas lutas locais. Segundo o site oficial no Brasil:

Enraizar a MMM e fortalecer as regiões são alguns dos objetivos da próxima ação internacional, que está em construção. A proposta é fortalecer a defesa dos “territórios das mulheres”, que são compostos por seu corpo, pelo lugar onde vivem, trabalham e desenvolvem suas lutas, suas relações comunitárias, sua história.

(MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, disponível no site: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais/>. Acesso em 01/06/2015).

A 4ª Ação está fortemente marcada pela luta contra empresas transnacionais, que se utilizam do corpo das mulheres, na prostituição da sua força de trabalho, no trabalho precário, que invadem territórios, forçando milhares de trabalhadoras/es a migrarem de seus lugares de origem, além de secar os rios que alimentam as comunidades, etc.

Em Varzelândia, Minas Gerais, no dia 19 de abril de 2015 as mulheres da MMM de 31 municípios organizaram uma Marcha que, durante o percurso, realizava uma série de denúncias. Em frente ao Banco do Brasil, denunciaram as dificuldades do acesso ao crédito para agricultoras, em frente à delegacia denunciaram o mau atendimento às mulheres vítimas de violência, bem como a relação entre a crise hídrica e o setor de mineração, que vem impactando negativamente na vida das mulheres:

Outra pauta importante, abordada pelas mulheres, foi o projeto de mineração colocado em prática na região, o qual tem avançado cada vez mais sobre os territórios, causando impacto sobre o trabalho das mulheres e aumentando a prostituição e a violência sexista. A mineração é uma das principais causadoras da crise hídrica e por isso as mulheres gritaram que “não aguentam tanta humilhação, não tem água pra beber, mas tem pra mineração”. (<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-marcham-nas-ruas-de-varzelandia/>. Acesso em: 02/06/2015).



Ilustração 13: Marcha em Varzelândia/MG, dia 19/04/2015. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-marcham-nas-ruas-de-varzelandia/>. Acesso em 02/06/2015.

Outros estados²⁴ já definiram suas ações e as datas nas quais serão realizadas. Na Paraíba, a denúncia será pelo fim da violência. O estado/PB está entre aqueles de maior índice de violência contra mulheres, chegando a ter nove casos de assassinato em menos de 24 horas²⁵. Além disso, cinco mulheres foram estupradas por dez homens na cidade de Queimadas, em 2012. Duas delas foram mortas por terem reconhecido seus violentadores. Segundo consta no site da MMM, muitas das vítimas foram hostilizadas e culpabilizadas pela violência que sofreram. No Mato Grosso do Sul, a Marcha centrará a ação na denúncia sobre o agronegócio, o desmatamento na região, a prostituição e o tráfico de mulheres, além da violência contra as mulheres

24. Programação divulgada até o momento: <https://marchamulheres.wordpress.com/2015/03/06/em-marcha-ate-que-todas-sejamos-livres-4a-acao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres/>. Acesso em 02/06/2015.

25. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/03/paraiba-tem-pelo-menos-9-casos-de-violencia-contra-mulher-em-24-horas.html>. Acesso em 02/06/2015.

indígenas.

O Rio Grande do Sul está num intenso processo organizativo para a realização de uma ação com duração de três dias, 26, 27 e 28 de setembro, em Santana do Livramento. A escolha do local se deve ao fato de a cidade fazer uma larga fronteira com o Uruguai e estar a menos de 700 km da fronteira com a Argentina. Dessa forma, o local permitirá que a ação seja realizada com a participação de mulheres dos três países – Brasil, Uruguai e Argentina. Uma das especificidades desse local é que, pelo fato de ser uma fronteira, muitos agressores a atravessam no intuito de fugir²⁶ da Lei Maria da Penha, que pune a violência contra a mulher, bem como a recente Lei que tipifica o feminicídio.

O eixo prioritário para a IV Ação no, RS, será o corpo, tendo o debate centrado na descriminalização e legalização do aborto. Nesse sentido, a participação das mulheres dos Movimentos Sociais Populares uruguaios poderá ser de grande contribuição, já que, no Uruguai, o aborto²⁷ foi legalizado em 2013 e, desde então, não mais se registraram mortes de mulheres em decorrência do procedimento clínico para isso.

26. Em 2009 movimentos sociais, incluindo a MMM, realizaram ato em Santana do Livramento/RS chamando atenção para as fugas: <http://cut.org.br/noticias/dia-internacional-da-mulher-c41f/>. Acesso em 03/06/2015.

27. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/03/apos-legalizacao-desistencia-de-abortos-cresce-30-no-uruguai/>. Acesso em 03/06/2015.



Ilustração 14: Foto: Cinthia Barenho

4. Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres

A Marcha Mundial das Mulheres expressa, em todos os materiais e cantos, uma forte crítica ao sistema capitalista. Denuncia que todas as opressões às quais estão submetidas às mulheres são frutos da aliança perversa do patriarcado com o capitalismo.

O patriarcado baseia-se na divisão sexual do trabalho, construindo-se a partir da escravidão feminina em processos históricos religiosos de transformação "das deusas"

em "O Deus", que constituem as três grandes religiões. Ao atravessar os diferentes modos de produção, o patriarcado impregnou-se no inconsciente da humanidade e até hoje constitui nossas identidades e modos de pensar, mesmo que dele não tenhamos consciência (LERNER, 1990). Assim, para muitas pesquisadoras feministas (SAFFIOTI, 2004, HIRATA, 2010, FARIA, 2005), o patriarcado continua a ser condicionante nas relações sociais e seu uso deve ser retomado pelas teóricas contemporâneas, reconhecendo-o como um fenômeno estruturante da sociedade.

Portanto, o patriarcado seria uma forma de dominação masculina disseminada nas diferentes instituições sociais que atribuem ao homem o poder sob todas as formas, sobre todas as coisas, incluindo as mulheres e as crianças. É uma ideologia que, através da socialização, naturaliza relações de opressão historicamente construídas. Como ressalta Saffioti (2004, p.101) "Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive mulheres", e logo em seguida define o patriarcado como "um regime que se ancora em uma maneira de os homens assegurarem-se para si mesmos e para seus dependentes, os meios diários para a produção e reprodução da vida" (SAFFIOTI, 2004, p.105).

Ancorado na divisão sexual do trabalho, o patriarcado perpetua a concepção de lugares hierárquicos para homens e mulheres e torna a todos e todas fiscalizadores dessa divisão. Além disso, é, por definição, misógino, pois desvaloriza o trabalho culturalmente feminino, valorizando aqueles com características masculinas. Essa hierarquização sustenta a desvalorização do salário pago pelo trabalho das mulheres em relação ao que é pago aos homens, em todas as profissões. Como o magistério, principalmente, que responde pela Educação Básica, uma profissão da qual se ocupam majoritariamente as mulheres; as professoras recebem baixos salários que nem sempre respondem por suas necessidades familiares. E essa visão de que as mulheres ocupam posições inferiores na hierarquia profissional pode estar presente nos conteúdos escolares, sendo frequentemente reforçada pelos livros didáticos.

As mulheres, em geral, são apresentadas na esfera do privado, dos cuidados, ao passo que os homens estão na esfera pública. Não é à toa que toda a referência às

grandes descobertas e avanços da sociedade está referenciada no masculino. Todos/as nós fomos escolarizados/as com livros que afirmavam que “os homens descobriram o fogo”, “os homens descobriram a roda”, “os homens construíram todas as grandes coisas”. Também o ensino formal é, quase que totalmente, centrado na experiência masculina e sequer especula-se sobre o papel feminino no desenvolvimento dos conhecimentos humanos. Por que razão o fogo não poderia ter sido descoberto por uma mulher? Dessa forma, o uso do masculino para designar a humanidade é uma das expressões do patriarcado sobre a linguagem, que recai diretamente sobre a educação. Ou seja, a linguagem, entendida como uma das aprendizagens que recebemos socialmente, é um dos mecanismos da socialização utilizados pelo patriarcado para desconsiderar as experiências femininas, naturalizando a divisão social e sexual do trabalho e retirando o caráter sócio-histórico das desigualdades sociais.

Assim, somos educadas/os pelo trabalho, pela escola e pela cultura patriarcal a hierarquizar as atividades humanas, chegando a conferir estereótipos educacionais que extrapolam as características sexuais e, de fato, assumem características de gênero. Ou seja, não é o sexo de quem executa o que é destacado, mas a relação social de gênero assumida e, a partir daí, será considerado masculino ou feminino. Podem ser citados como exemplos, tanto o caso da educação infantil (CARVALHO, 1999), como os trabalhos dos cuidados ou *Care* (HIRATA, 2010). Nesse caso, tanto uma área como a outra foram feminizadas e, em geral, desvalorizadas.

Na mídia, as mulheres são expostas como mercadorias; seus corpos são tidos como territórios masculinos que podem ser ocupados a qualquer momento. As propagandas de cervejas, de carros e tudo o que se relaciona com o masculino, em geral, trazem alguma relação com a dominação do corpo feminino. Conforme, Largarde (2010), o corpo da mulher não é um corpo para si, mas um corpo para o outro. O capitalismo, ao aliar-se ao patriarcado, seu parceiro fundamental, trata o corpo e a vida das mulheres da mesma forma como trata a natureza, como trata os territórios, ou seja, como uma fonte inesgotável de lucro. Essa crítica está marcada nas falas das militantes da MMM, demonstrando que, para as mulheres deste Movimento, não há separação possível desses dois sistemas – capitalismo e patriarcado – sendo tarefa

essencial lutar conjuntamente pelo fim dos dois, como expressa a fala de uma mulher trabalhadora durante o 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres ocorrido em 2013, em São Paulo:

Quando é pequenininho se vê lá na televisão a propaganda, maquiagem pra criança, alisante pra criança, minissaia pra criança, shortinho curtinho pra criança. E as crianças pela mão, me dá isso, me dá aquilo, não sei o quê. E a gente, as mãe e os pai, fica com dó e dá. Faz tudo, aí vão ficando mocinha começa a críticas, olha o tamanho da saia, olha o tumaíinho do short, né? Aí tudo é crítica, se é mulher não pode porque a saia é muito pequenininha, se é mulher não pode porque o short é muito pequenininho. E aí, do jeito que mata o meio ambiente, vão matando as mulher aos pouquinho. Primeiro põe adubo, rega, deixa a mulher bem bonita, bem maquiada e depois volta e massacrá a mulher. (Maria Auxiliadora, Vídeo Feminismo em Marcha 00:01).

Ou seja, o capitalismo não reconhece limites éticos. Traça um modelo e a sua destruição e o põe em curso, adaptando o método ao objeto ou sujeito. A MMM, portanto, compreende que superar o patriarcado é superar o capitalismo.

4.1 - Por um mundo sem violência

A sociedade capitalista é violenta por si mesma. Baseada no individualismo, na exploração do trabalho, está na sua constituição e forma de organização ser agressiva. Impõe a fome, destrói culturas, territórios, fomenta a indústria bélica, sobrevive e se reorganiza através de guerras. Não é privilégio do capitalismo, pois assim como o machismo, a violência existia nos modos de produção anteriores. Entretanto, ela agora é base do sistema. Dominar, explorar, apropriar, expandir, tudo isso é fundamental para que o capitalismo sobreviva e, para isso, é essencial dividir homens e mulheres diminuindo a força que juntos poderiam ter, na luta contra as diversas modalidades de exploração e dominação. Entretanto, como vimos argumentando ao longo dessa dissertação, essas violências não são sentidas por homens e mulheres da mesma

forma. As mulheres estão expostas à violência sexista, ou seja, uma violência que sofrem pelo fato de serem mulheres.

[...] No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência. (SAFFIOTI, 2001, p.115).

Saffioti (2001) afirma que os homens possuem, enquanto grupo social, um projeto que deve ser chamado de dominação-exploração. Entretanto, as mulheres, também enquanto grupo social, não possui nenhum projeto para dominar os homens, ainda que, muitas vezes, a elas seja delegada a função de desempenhar o papel patriarcal, especialmente em relação a crianças e adolescentes. Entretanto, é um poder delegado pelos homens e não produzido por elas. O poder de mando e opressão se produz na relação com o macho e não por uma ideologia de superioridade entre mulheres. Elas atuam através da ideia de poder masculino, assumindo características do gênero masculino, ou seja, da construção social do masculino. Porém, sem que esse poder esteja ligado ao grupo social dos homens, porque ele não existe.

A Marcha Mundial das Mulheres trabalha com o conceito de violência sexista, ou seja, a violência à qual estão submetidas as mulheres, que está marcada pelo fato de serem mulheres e só por um homem podem ser realizadas. Uma mulher adulta não pode oprimir um homem, ainda que possa, eventualmente, ser violenta com ele, diferente da violência cometida pelos homens contra as mulheres, onde o fato de ser mulher o legitima.

A violência sexista é aquela que a mulher sofre pelo fato de ser mulher e é exercida pelos homens. O feminismo conceitua a violência como toda vez que as mulheres são consideradas coisas, objetos de posse e poder dos homens e, portanto, inferiores e descartáveis. Um homem que na rua nos dirige gracejos e cantadas quando nem olhou, mas só pelo fato de sermos mulheres, tem mesma motivação dos que cometem estupros. Ou seja, nós estamos ali e eles podem dispor de nosso corpo como um objeto. A violência sexista tem suas bases na

existência de relações desiguais entre homens e mulheres. São sustentadas pela construção social do ser mulher como gênero feminino inferior ao ser homem como gênero masculino. Como decorrência dessas relações desiguais de gênero, todas as mulheres estão sujeitas a esse tipo de violência, que é sempre praticada pelos homens, e, por isso, chamamos de violência sexista. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2006).

Essas violências se encontram para além da violação do corpo, pois estão no fato de sermos mulheres. Portanto, precarização do trabalho feminino, mercantilização do corpo e da vida, e tantos outros fenômenos que ocorrem, são ou têm viés de violência sexista.

A expressão máxima da violência sexista é o feminicídio, ou seja, assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, quando a morte decorre ou está ligada diretamente ao sexo da vítima e este é o feminino, sendo o executor do sexo masculino. Em sua imensa maioria é um crime cometido por um homem próximo, como marido, companheiro, filho, namorado, pai. Mas pode ser realizado por um desconhecido, como os casos de assassinatos de mulheres na Cidade de Juarez, no México, famosa mundialmente pelo alto grau de violência contra mulheres²⁸, em especial as trabalhadoras que, cotidianamente, são estupradas e mortas a caminho do trabalho.

Os dados sobre violência contra a mulher no Brasil são altíssimos, colocando o país como 7º no ranking mundial nesse tipo de crime. Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, 43,7 mil somente na última década²⁹. O número de estupros registrados³⁰ no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, dá conta de 12.087 casos de estupro no Brasil em 2011. Tais dados podem ser considerados como resultado da discriminação que sofrem as mulheres em culturas patriarcais como a nossa. São, na verdade, a materialização da mentalidade machista que opera na sociedade brasileira e é reforçada por uma trama de relações sociais de dominação, que ultrapassa as relações

28. Maiores informações: <http://www.plazapublica.com.gt/content/las-muertas-de-juarez>. Acesso em 28/04/2015.

29. Dados disponíveis em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em 04/06/2015.

30. Disponível no site a seguir. Acesso em 04/06/2015. http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/03/IPEA_estupronobrasil_dadosdasaude_marco2014.pdf.

peçoais e familiares. Segundo pesquisa realizada sobre a percepção dos homens em relação à violência contra as mulheres, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014, p.3):

Quase três quintos dos entrevistados, 58%, concordaram, total ou parcialmente, que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”. E 63% concordaram, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. Também, 89% dos entrevistados tenderam a concordar que “a roupa suja deve ser lavada em casa”; e 82% que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

No Brasil o crime de feminicídio é reconhecido pela Lei nº 13.104/15, sendo a pena de 12 a 30 anos de reclusão, agravada em um terço até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, contra a pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência, ou ainda, na presença dos pais ou filhos da vítima.

Entretanto, se o feminicídio é a expressão máxima da violência contra as mulheres, existe uma série de outras formas de violência que estão disseminadas na sociedade capitalista patriarcal e que são mascaradas através da cultura machista como diferenças naturais entre os sexos, como destinos inexoráveis. Contra isso a MMM apresenta seu movimento de denunciar e anunciar, educando homens e mulheres para um olhar crítico sobre essas outras formas de violência.

Em março de 2015 a MMM do Rio Grande do Sul realizou uma jornada de lutas³¹ intitulada **“Em Luta, contra a Violência, por Soberania Alimentar e pela garantia das Políticas Públicas para as mulheres no Rio Grande do Sul”** juntamente com as mulheres do Levante Popular da Juventude e Via Campesina. Durante todo o mês de março, realizaram-se atos, formações e ações diretas a fim de visibilizar sua luta. Uma das principais atividades ocorreu no dia 09 de março, em frente ao Palácio da Justiça. Cerca de cem mulheres rurais, sindicalistas, jovens estudantes, negras, idosas de diversos movimentos sociais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à Marcha Mundial das Mulheres (MMM), denunciavam os feminicídios, os prejuízos à saúde e à vidas das

31. Material disponibilizado pelo Movimento.

mulheres em decorrência do uso de agrotóxicos e reivindicavam a volta da Secretaria de Mulheres do Estado que foi extinta pelo atual governo. Para tanto, buscavam dialogar com os transeuntes e com as trabalhadoras e trabalhadores do Palácio da Justiça.

Em determinado momento, à Rede Brasil Sul (RBS) de comunicações tentava cobrir o protesto e as mulheres, com a batucada, iniciam um grito dizendo “a verdade é dura, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) apoiou a ditadura”³². Segundo o relato das participantes, era importante utilizar o momento para denunciar publicamente que todas as violências pelas quais protestavam tinham relação também com o monopólio da mídia, pois esta atende aos interesses do capital, no agronegócio, entre outras formas econômicas geradoras de lucros, e é necessário lembrar à população que a mídia burguesa foi a principal articuladora do Golpe Militar de 1964. Assim, torna-se evidente o movimento de buscar compreender as violências de forma articulada e de realizar as denúncias educando o olhar das mulheres para a interligação existente entre as várias formas de violência que sofrem.

32. Vídeo disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/porto-alegre/v/mulheres-protestam-por-mais-seguranca-no-centro-de-porto-alegre/4024094/>. Acesso em 28/04/2015.



Ilustração 15 – Foto tirada no Dia Internacional da Mulher – 08/05/2015.

A foto acima foi tirada na marcha realizada no dia 08 de março de 2015, para marcar as atividades do Dia Internacional da Mulher. Nela aparecem as pautas sobre: terra, reforma agrária, plano camponês e reforma política. A opção de algumas faixas estarem sem assinatura de movimento específico se deu por conta de serem lutas de todos os Movimentos Sociais Populares envolvidos, e mulheres de todos eles se revezavam para segurá-las, bem como no uso do microfone e no cuidado com as crianças. Não significa, com isso, que não houvesse funções específicas, mas que uma mulher poderia assumir diferentes tarefas, dependendo do momento da Marcha. Isso permite que elas tenham uma visão geral de como cada momento é organizado, e permite que façam parte do todo, ampliando não só sua visão sobre a condução desses momentos, mas também da realidade mais ampla.

NEM A TERRA, NEM AS MULHERES SÃO TERRITÓRIO DE CONQUISTA!

marcha mundial das mulheres



Ilustração 14: Lambe-Lambe colado ao longo da caminhada no dia 08/03/2015

A imagem acima foi colada em postes e calçadas durante os atos realizados pela Marcha. Esse tipo de intervenção teve o intuito de apoiar a ocupação³³ realizada pelas mulheres da Via Campesina durante a madrugada do dia 09 de março, da ADAMA³⁴, uma empresa de origem israelense, responsável pela produção de agrotóxicos, A empresa financia a ocupação de terras, por parte de colonos judeus, na Palestina, sendo a desocupação desse território uma das principais lutas da MMM. Dessa forma, o Movimento demonstra, mais uma vez, que a violência não é um fato isolado, tampouco se configura apenas na doméstica, mas é estrutural do capitalismo associado com o patriarcado.

33. Disponível em: <http://correiopovo.com.br/Noticias/550962/Agricultoras-de-MST-e-Via-Campesina-ocupam-fabricas-em-Taquari>. Acesso em 04/06/2015

34. ADAMA – Nome de origem hebraica que significa “terra” ou “solo”.

Optei por incluir integralmente o panfleto acima, que foi utilizado nas ações de março em São Paulo, pela visão integral que o mesmo expressa em relação à forma como o Movimento compreende a violência, articulando gênero, raça e classe.



NEM A TERRA, NEM AS MULHERES SÃO TERRITÓRIOS DE CONQUISTA!

A resistência das mulheres é em defesa das terras onde vivem e produzem, e que são alvo de grandes empresas transnacionais da mineração, do agronegócio e construtoras de grandes obras.

Denunciamos a expansão da mercantilização para todas as dimensões da vida. Em defesa da água como um bem comum e um direito de todas as pessoas, denunciamos as grandes empresas que lucram com o controle das fontes de água; o governo estadual que garante os lucros dos acionistas da Sabesp no mercado financeiro; e o agronegócio que é o grande consumidor de água no estado de São Paulo, enquanto a população fica sem água. Denunciamos a imposição dos transgênicos e o uso de agrotóxicos. Afirmamos a agroecologia e a luta por soberania alimentar como estratégias para transformar o atual modelo de produção e consumo.

JÁ BASTA DE CONTROLE SOBRE OS NOSSOS CORPOS E NOSSAS VIDAS!

Denunciamos o conservadorismo que é cada vez mais violento em suas imposições sobre nossa sexualidade, comportamentos e decisões.

Nas ruas, nas casas e universidades, a violência machista continua violando os corpos das mulheres todos os dias. E os lucros da indústria da beleza e dos cosméticos, assim como a indústria do sexo, com a prostituição e o tráfico, demonstram que capitalismo, racismo e patriarcado se fortalecem mutuamente.

Denunciamos o aumento da militarização e da violência policial. Em 2013, ao menos 6 pessoas foram mortas por dia pela polícia no Brasil. Denunciamos o racismo que faz com que, aqui, a cada 3 pessoas assassinadas, duas sejam negras.

Estamos nas ruas para denunciar a organização excludente das grandes cidades. Reivindicamos o direito a moradia, a ocupação dos espaços públicos, o direito ao transporte e a serviços públicos que garantam de fato condições para viver a vida que desejamos.



Nele são denunciadas as várias forma de violência que estruturam a sociedade brasileira. Entretanto, cabe destacar o seguinte trecho:

Estamos nas ruas para fortalecer a nossa resistência cotidiana ao controle dos nossos corpos, à exploração do nosso trabalho e ao avanço do capital sobre a

natureza. Estamos nas ruas para denunciar a violência do racismo, do machismo e da lesbofobia, e para afirmar as nossas propostas e práticas na construção de uma sociedade baseada na igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz. (Panfleto MMM/SP 2015).

No trecho destacado, o primeiro parágrafo apresenta a denúncia contra o que exatamente elas – as mulheres – lutam e quem é o agente da violência, o capital. No segundo, anunciam o mundo que desejam, ou seja, um mundo de igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz. Além disso, mesmo com os alarmantes números de feminicídio e violência doméstica, na Marcha Mundial das Mulheres as violações dos direitos das mulheres estão relacionadas às estratégias de dominação global, que é estruturante da sociedade patriarcal.

4.2 - Autonomia do corpo

Uma das características do capitalismo é transformar tudo o que é possível em mercadoria. O corpo e a vida das mulheres é um exemplo nítido disso. Coisificar mulheres, retirar delas sua humanidade e comercializá-las é uma prática de sociedades patriarcais que rapidamente se diversificou e complexificou no capitalismo. Formou-se um imenso mercado destinado a tornar as mulheres infelizes com seu próprio corpo e assim, vender produtos para a busca de uma imagem inatingível. Esse mesmo corpo, que nunca alcança o ideal imposto, é vendido, traficado e explorado na prostituição. Entretanto, o argumento do capital é sempre o da liberdade, ou seja, liberdade de que tudo pode ser vendido e comprado.

O mesmo argumento – o da liberdade de decidir – não vale para o aborto. Esse corpo é livre para consumir e ser consumido, mas não para se autodeterminar. Mesmo custando a vida de milhares de mulheres todos os anos, o corpo feminino continua sendo santificado por uma maternidade compulsória, pela negação da livre sexualidade e pela da tutela do Estado.

4.2.1 - Mercantilização do corpo e da vida das mulheres

*A nossa luta
É todo dia.
Somos mulheres
E não mercadoria.*

*Eu não sou miss
Nem avião
Minha beleza
Não tem padrão.*

A permanência do patriarcado como estruturante das relações sociais de gênero permite que o corpo das mulheres, historicamente, pertença aos homens e ao Estado. Em sociedades patriarcais, como a nossa, a autonomia sobre nossos corpos ainda é uma luta dos movimentos feministas. Sobre isso, Largarde (2010, p. 365) nos diz que:

En la femineidad destinada, las mujeres sólo existen maternalmente, y sólo pueden realizar su existencia maternal a partir de su especialización política como entes inferiorizados en la opresión, dependientes vitales y servidoras voluntarias de quienes realizan el dominio y dirigen la sociedad. Las mujeres deben mantener relaciones de sujeción a los hombres, en este caso, a los cónyuges. Así articuladas la maternidad y la conyugalidad, son los ejes socioculturales y políticos que definen la condición genérica de las mujeres; de ahí que todas las mujeres son madresposas.

A autora considera que todas as mulheres, independente de terem casado ou tido filhos/as, são madresposas³⁵, pois o lugar de cuidadora dos homens será ocupado por todas em algum momento da vida.

Todas las mujeres son madresposas independientemente de que lleguen a concretar la progeneración y el matrimonio. El espacio vital destinado a las mujeres es la reproducción social y su cuerpo es depositario de la procreación. Su vida toda se desenvuelve en la dependencia vital con los hombres (filial o conyugal).

35. União das palavras madre e esposa.

Es un cuerpo apreciado sólo por su utilidad social. Es un cuerpo que define la existencia, no es u cuerpo humano. (LAGARDE, 2010, p.380).

Esse corpo que o patriarcado expropria das mulheres e entrega aos homens, com o advento do capitalismo, será entregue ao mercado. Nosso corpo é o lugar onde toda essa mercantilização se materializa. A publicidade torna-se o deus da sociedade contemporânea. Seu papel será o de criar o desejo de consumo. Ela materializa e coisifica as mulheres, tornando-as a mercadoria mais rentável do mundo. A maternidade, a sexualidade, o trabalho, todas as esferas da vida e existência feminina tornam-se mercadorias. Por isso, uma das principais lutas da Marcha Mundial das Mulheres é contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, assim como o reconhecimento dos cuidados com trabalhos não remunerados pelo capital.

No plano da sexualidade, a vida sexual das mulheres é normatizada e erotizada para um padrão de consumo masculino e violento. Erotiza-se esse corpo atrelando a compra de produtos com o acesso às mulheres. Assim, as propagandas dos produtos estão associadas às possibilidades de conquistas das mulheres, como por exemplo: se você comprar o carro tal, uma mulher surgirá dentro dele; se você consumir determinadas marcas de cerveja, sairá do bar com uma ou mais mulheres; Se você usar determinado antitranspirante, algumas delas cairão sobre você. Essas são algumas das mensagens que transmitem esses comerciais.

Entretanto, essas mulheres dispõem de um corpo padronizado e distante da realidade da imensa maioria das mulheres. Não é um corpo, é um produto. Dessa forma, para que seja possível tê-lo, uma série de outras mercadorias precisa ser consumida: medicamentos, aparelhos de ginástica, produtos de beleza, produtos alimentícios específicos, determinadas roupas...

O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de cirurgias plásticas do mundo³⁶. Entre 2009 e 2012, houve crescimento de 120% no número de intervenções cirúrgicas dessa natureza no país. Em 2013, foram 1,5 milhão de cirurgias. Também ocupamos os primeiros lugares em consumo de medicamentos. Não por acaso, as mesmas

36. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/08/numero-de-cirurgias-plasticas-no-brasil-cresceu-120-entre-2009-e-2012.html>. Acesso em 04/06/2015

empresas que fabricam remédios para emagrecer, produzem, também, antidepressivos. Sobre isso:

A publicidade expõe as mulheres como um produto para consumo dos homens (e cujo valor é estabelecido pela vontade deles), no sentido literal, como fazem as propagandas de cerveja, ou, no sentido indireto, quando afirmam que é comprando um produto X ou Y, que elas agradarão aos olhares masculinos e serão felizes, como se fosse essa a primeira das suas atribuições: ser um objeto acolhedor, atraente, disponível. Também há as campanhas publicitárias que anunciam mil e uma facilidades para as mulheres cumprirem sua intensa jornada de trabalho, como os produtos de limpeza que fazem milagres para que a realização das tarefas domésticas seja mais “eficiente”. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008, p. 13).

A indústria de cosméticos não afeta a vida das mulheres somente no consumo. Toda a cadeia produtiva é baseada na exploração da força de trabalho feminina e no conhecimento milenar de povos tradicionais³⁷. Nos comerciais seus produtos são vinculados à natureza e às propriedades medicinais que, muitas vezes as empresas que os fabricam só tiveram acesso através da apropriação do conhecimento de comunidades tradicionais, que jamais receberão um centavo, nem pela exploração do recurso natural em suas terras, nem pelas informações disponibilizadas, quando não perdem, inclusive, as terras que ocupam para multinacionais ou grileiros.

Empresas como *Avon* e *Natura* comercializam seus produtos através da exploração do trabalho de mulheres, sem lhes dar nenhuma garantia trabalhista. Utilizando termos como revendedora e/ou colaboradora, oferecem um trabalho precário, visto como "bico", que pode ser feito sem o cumprimento das leis trabalhistas. No site da *Natura*³⁸, entre as "vantagens" de vender seus produtos, a empresa afirma "Você é quem determina qual o melhor período do dia e quantas horas deseja dedicar para atender seus clientes. Assim, você pode conciliar sua atividade de consultoria com outros afazeres profissionais ou pessoais." Ou seja, sem jornada, sem salário, sem garantias. Essa mesma indústria que se apropria do corpo das mulheres, as aliena do

37. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2009/02/17/acusada-de-biopirataria-pelo-mpf-natura-enfrenta-indios-na-justica-federal/> Acesso em 04/06/2015.

38. Disponível em: <http://queroserconsultora.natura.com.br/queroserconsultora/conheca-as-vantagens/>. Acesso em 16/10/2014.

produto do seu trabalho. Uma classe de mulheres está na cadeia produtiva, construindo conhecimentos e trabalhando com poucas ou nenhuma garantia de direitos e produzindo mercadorias que, muitas vezes, não podem comprar.

A força de trabalho da mulher, explorada no mercado de trabalho, também é utilizada pelo capital através do trabalho doméstico e de cuidados não pagos. É esse trabalho cotidiano, mostrado pela ideologia da família tradicional como sinal de afeto, que permite aos trabalhadores reporem sua força de trabalho e dispô-la para a indústria, o comércio e os serviços.

Os chamados afazeres domésticos representam uma parte bastante importante das atividades realizadas cotidianamente pelas famílias. Fundamentais para a reprodução do cotidiano e mais especialmente porque incluem todas as tarefas necessárias aos cuidados com crianças, idosos, bebês, enfermos e todas as pessoas em posição vulnerável, os afazeres domésticos devem ser entendidos como trabalho. Trata-se de um importante trabalho não remunerado, sem o qual as demais atividades do dia-a-dia se inviabilizam. Cabe lembrar que, quando essas mesmas atividades são realizadas fora do espaço doméstico ou, dentro dele, por terceiros, de forma remunerada, passam a se configurar e ser contabilizadas como trabalho. (COMUNICADO IPEA, 2012, p. 4).

Segundo o Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³⁹, em 2009, as mulheres gastavam 26,6 horas por semana realizando afazeres domésticos. Os homens, por sua vez, despendiam 10,5 horas semanais na mesma época. Dessa forma, a manutenção da mulher como reprodutora da força de trabalho é fundamental para manutenção do sistema capitalista. É ilusório pensar que é possível avançar a ponto de uma completa igualdade, dentro de um modo de produção que depende da opressão de um sexo para manter-se.

A luta do movimento feminista, em especial da MMM, é para que as relações familiares sejam alteradas, o trabalho doméstico seja compartilhado e que o Estado promova políticas e equipamentos públicos que auxiliem essas modificações. Além disso, a redução da jornada de trabalho é fundamental para que as pessoas possam dar conta de suas necessidades pessoais. Por isso, tanta resistência de grupos conservadores às mudanças nas configurações familiares, pois elas não alteram

39. Disponível em: www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf/. Acesso 21/10/2014.

apenas aspectos culturais, mas, principalmente, aspectos econômicos.

4.3 - Prostituição

Possivelmente, o tema mais controverso entre as feministas seja o da regulamentação da prostituição. Ele está inserido num debate maior, da autonomia sobre o próprio corpo. Muitos grupos feministas defendem que a prostituição é uma escolha pessoal e que deve ser valorizada e legalizada para maiores de dezoito anos. Contudo, segundo a denúncia da MMM, o capitalismo patriarcal mercantiliza o corpo das mulheres, bem como sua sexualidade sem atentar para os direitos destas mulheres.

Além do mais, o capitalismo patriarcal naturaliza a prostituição como “a profissão mais antiga do mundo” e conta essa mentira tantas vezes até que seja entendida como uma verdade. Para que a afirmação pareça verdadeira, desconsidera uma gama de trabalhos milenares e as profissões que deles decorrem. A profissão mais antiga certamente é a de parteira⁴⁰. É através do ato de parir, é do corpo das mulheres que nasce a humanidade. Todo o ser humano que pisou, desde a antiguidade, e ainda pisa hoje sobre a Terra, nasceu de uma mulher e historicamente as parteiras são mulheres. Partos hospitalares são recentes na história humana e os argumentos apresentados pelas defensoras do parto humanizado⁴¹ e os dados Organização Mundial da Saúde (OMS)⁴² têm demonstrado que, apesar dos importantes avanços da medicina e da imensa relevância da cesariana para salvar a vida das mulheres e dos bebês, o mais seguro ainda é parir de forma natural, com auxílio de uma *doula*⁴³, levando, inclusive, o Ministério da Saúde do Brasil a publicar um caderno apontando, entre outras questões

40. A parteira é a pessoa que recebe no mundo o recém-nascido. Seu trabalho é auxiliar o trabalho de parto, e sua preocupação principal é com o bom andamento do parto e as possíveis intercorrências que podem colocar em risco a saúde da mulher e do bebê.

41. Disponível em: <http://www.orenascimentodoparto.com.br/>. Acesso em 04/06/2015.

42. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/161442/3/WHO_RHR_15.02_por.pdf/. Acesso em 04/06/2015

43.. Doula é a profissional que se preocupa com o bem-estar físico e emocional da mulher em trabalho de parto. Profissão moderna, a doula resgata o eterno "comadrio": mulheres maduras e com experiência, que amparavam a mulher mais nova e inexperiente em seu processo de gestação e parto.

referentes ao parto humanizado, a importância desse acompanhamento⁴⁴. Entretanto, tanto a parteira, como a agricultora, duas trabalhadoras necessárias para que exista humanidade, nascer e se alimentar tem o produto do seu trabalho desconsiderado e desvalorizado.

Naturalizada a prostituição e retirado seu caráter histórico de dominação, ela é apresentada como uma escolha profissional livre, relacionada como a liberdade sexual e laboral das mulheres. Entretanto, esse discurso mascara que a prostituição não foi uma escolha em nenhum momento histórico.

Segundo a egípcia Nawal El Saadawi (2002, p. 90), a prostituição é o lado oposto da moeda casamento. Com a imposição da monogamia, derivada do desejo de assegurar a herança para o filho legítimo, os homens encontraram nas ordens divinas o caminho para impor às mulheres as duas coisas que não queriam para si, a obrigatoriedade de ter apenas um parceiro e a prostituição. Enquanto algumas eram magicamente destinadas ao casamento, outras serviam de instrumento para que os deuses pudessem falar aos homens. Assim, ao longo de milênios, diferentes culturas patriarcais desenvolverem formas diversas de transformar e manter a tradição de dominação do corpo e da sexualidade das mulheres. Conforme nos lembra Saadawi (2002, p. 91), o pai, o rei, o líder religioso, em diversas culturas e períodos históricos, tinham o direito de deflorar a filha, a serva noiva ou uma mulher da tribo por algum motivo encontrado pelos homens com poder para isso.

Historicamente, a prostituição iniciou-se com o sistema patriarcal, com a divisão da sociedade entre proprietários e escravos. Ao mesmo tempo surgiram as primeiras regulamentações sobre o relacionamento sexual por meio das primitivas formas de casamento. A prostituição, na verdade, é a face oposta do casamento. O homem precisava casar-se para dar uma identidade a seus filhos, mas desejava, ao mesmo tempo, liberar seus instintos sexuais. O cinto de castidade e a fidelidade conjugal foram impostos apenas à mulher. É realmente fascinante observar com que astúcia o homem foi capaz de encontrar uma desculpa que justifica seus encontros com uma outra mulher. Para conseguir isso, encobriu seus desejos sob a máscara da religião, transformando o sexo praticado com uma prostituta em um ritual religioso, em um ato santificado. (SAADAWI, 2002, p. 90).

44. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_humanizausus_v4_humanizacao_parto.pdf/. Acesso em 04/06/2015.

Marcela Lagarde (2010), em sua tese de doutorado publicada com o título *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, defendera que todas as mulheres estão presas a esses cativeiros e nenhuma mulher em sociedades patriarcais pode escapar de estar presa a eles enquanto grupo social. O cativo da puta, ou prostituta, existe na própria ideia de que somos todas putas ou prostitutas em potencial, em contraposição à maternidade, ao ideal de mãe, que é pureza e doçura. Em sua tese a autora perpassa as diversas teorias sobre o surgimento da prostituição, entre elas as explicações religiosas.

Entretanto, assim como Saadawi, Lagarde refuta as teorias que explicam o surgimento da prostituição pelo viés religioso e que se utilizam do relativismo cultural para retirar o caráter de dominação patriarcal. A prostituição, mesmo que com viés religioso, serve de disfarce para que a mulher seja mantida como objeto sexual dos homens. Explica, convergindo com Saadawi, que a prostituição tem como base histórica a divisão social e sexual do trabalho, a existência de poderes patriarcais, o surgimento da propriedade privada que permitiu a apropriação das pessoas, a sua força de trabalho, e características culturais que diferenciaram as mulheres por idade, classe, maternidade, etc. Desta forma se coloca a autora:

El surgimiento de la prostitución es un proceso histórico-social y cultural-complejo que nada tiene que ver con cualidades originarias, que significó la división de la sexualidad en erotismo e procreación, en cada mujer particular, y la aparición de grupos de mujeres dedicadas al eros y otras, dedicadas a la maternidad. Se trata de una especialización sexual al interior de las mujeres, que debe ser analizada en su relación con el proceso de dominio y sometimiento del género femenino en su conjunto. La prostitución tiene más deuda con la situación opresiva de las mujeres en su conjunto, que con otros factores inherentes al grupo de las prostitutas. (LAGARDE, 2010, p. 581).

E logo adiante, ainda afirma que “Algunos hombres se pueden apropiarse de algunas prostitutas, porque todos los hombres son dueños potenciales, dirigentes y dominadores de todas las mujeres.” (LAGARDE, 2010, p. 581).

A MMM produziu um vídeo⁴⁵ e uma cartilha⁴⁶ sobre prostituição para debater o tema. O material é editado pela SOF e tem como objetivo aprofundar o debate pelo viés das feministas anticapitalistas, que identificam a prostituição como mercantilização da sexualidade das mulheres. No vídeo militante e de mulheres outros movimentos parceiros apresentam a realidade da prostituição no Brasil.

Para a MMM, assim como para as autoras citadas acima, a prostituição cumpre uma função social importante na manutenção da sociedade capitalista patriarcal. O capital encontrou, no corpo das mulheres, uma mercadoria já comercializada em outros modos de produção e aprimorou esse comércio. Como lhe conferiu caráter de escolha livre e, cada vez mais, tem disseminado a ideia de escolha autônoma e de liberdade sexual conferida pela prostituição.

Nesse debate, precisamos sempre explicitar como ponto de partida que a nossa crítica à prostituição não é fruto de uma visão moralista. Ao contrário, queremos resgatar uma reflexão crítica e afirmar que não há liberdade e igualdade para as mulheres enquanto estivermos presas à polaridade imposta entre santas e putas. Ao mesmo tempo, o modelo de sexualidade masculina transforma os homens em demandantes de sexo, e a prostituição aparece como uma forma de garantir seu acesso aos corpos das mulheres. (FARIA; COELHO; MORENO, 2013, p. 03).

As autoras (FARIA; COELHO; MORENO, 2013) dialogam com Lagarde no sentido de ser um tema relacionado com as mulheres enquanto grupo social e não apenas como prostitutas. Para ser considerada “puta”, não é necessário se prostituir, basta que se rebele contra qualquer valor imposto pela sociedade patriarcal. É comum que mulheres que assumem comportamentos considerados naturais, como frequentar lugares públicos, sozinhas, transitar por determinados lugares sem a companhia de um homem para os homens, sejam consideradas “putas”. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Avon⁴⁷, 96% dos jovens brasileiros entre 16 e 24 anos percebem a existência do machismo na sociedade brasileira. Entretanto, 51% deles defendem que a mulher

45. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UvS4hwSa8So>. Acesso em 04/06/2015.

46. Disponível em: <http://www.sof.org.br/artigos/prostitui%C3%A7%C3%A3o-uma-abordagem-feminista>. Acesso em 04/06/2015.

47. Disponível no site: <http://centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf>. Acesso em 04/06/2015.

tenha a sua primeira experiência sexual somente em um relacionamento sério; são 41% aqueles que afirmam que a mulher deve ficar com poucos homens; 38% garantem que a mulher que se relaciona afetiva ou sexualmente com muitos homens não serve para namorar e 25% dos jovens pensam que, se usar decote e saia curta, a mulher está “se oferecendo”. Isso demonstra a dicotomia, através da qual a mulher é vista pela sociedade brasileira, como dividida entre aquelas que pertencem ao deus Eros e aquelas que pertencem à maternidade e à família, explicando os dados apresentados que tratam de violência sexista. Assim se pronuncia a MMM, através das autoras militantes:

Queremos questionar o discurso liberal sobre a prostituição, que justifica a banalização da sexualidade e a imposição de novos modelos para a mesma subordinação das mulheres. Desde uma perspectiva feminista, acreditamos que a questão da prostituição não pode se resumir ao grupo de mulheres envolvidas na indústria do sexo, mas é relevante para o conjunto das mulheres, por se tratar de um fenômeno que legitima e reproduz um modelo de sexualidade que é patriarcal. (FARIA; COELHO; MORENO, 2013, p.04).

O discurso favorável à prostituição enquanto escolha mascara o papel importante que a mesma cumpre nessa sociedade. Até a década de sessenta do século XX, sua manutenção era justificada pela necessidade de mulheres disponíveis para o sexo, pois os homens precisariam dar vazão aos seus instintos sexuais e as mulheres deveriam casar virgens. As mulheres, em situação de prostituição, seriam aquelas que teriam como função a proteção da moral das boas moças, da boa família. A prostituta asseguraria que o homem tivesse com quem manter relações sexuais e permitia a castidade da “mulher de família” até o casamento.

O discurso foi se alterando, ao ser incorporado o debate da liberdade sexual. A prostituição, vista como um trabalho livre, uma profissão liberal, foi o caminho para adaptação aos novos tempos. Entretanto, tal discurso encobre os dados que demonstram que quatro milhões de mulheres e meninas são comercializadas no mundo por ano⁴⁸. O faturamento mundial anual com a prostituição gera um montante de 5 a 7 bilhões de dólares (entre 13,7 e 19,2 bilhões de reais). Uma prostituta renderia em

48. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_58/artigos/Art_Monica.htm. Acesso em 04/04/2015.

média cerca de 250 mil reais por ano ao seu proxeneta.

Portanto, não é possível falar em prostituição sem mencionar o tráfico internacional de pessoas e a indústria de produtos pornográficos. Na atualidade, a prostituição compõe um mercado cercado por crimes de todas as ordens e violências contra as mulheres em todos os níveis. Nesse sentido, conforme Cheron Moretti, militante da MMM e membro da coordenação estadual do MMM no Rio Grande do Sul:

O exercício da prostituição para maioria das mulheres não pode ser encarada como uma escolha, mas sim um condicionamento social ao qual estão sujeitas nesta estreita relação patriarcado-capitalismo em que, sendo o sexo uma mercadoria, lhe interessa expandir no mercado global na forma de indústria. A internacionalização da indústria do sexo é, necessariamente, acompanhada pela “nacionalização” dos direitos à prostituição.

(<https://ecossocialismooubarbarie.wordpress.com/2013/12/06/um-cativeiro-chamado-prostituicao-crise-civilizatoria-e-projeto-de-desenvolvimento-no-brasil/>. Acesso em 23/03/2015).

O movimento busca ampliar a discussão acerca da prostituição para além da escolha individual, mostrando que a mesma tem relação com um amplo mercado de sexo, que só pode existir através da dominação da sexualidade e do corpo das mulheres. Entretanto, não se abstém de mostrar o impacto na vida daquelas que viveram ou vivem em situação de prostituição. No vídeo produzido para debater o tema, o título traz um questionamento, *Nosso Corpo Nos Pertence?*⁴⁹. Nele são apresentados depoimentos de mulheres em situação de prostituição, que questionam o argumento de livre escolha, relatando que viveram em situação de prostituição e que, inclusive, explicam a razão pela qual não querem ser chamadas de prostitutas ou profissionais do sexo:

A gente descobriu que as mulheres não aceitam ser chamadas de profissionais do sexo num encontro de mulheres, discutindo alguns temas e entre eles o nome que deveria ser chamado. Então elas disseram que não queriam ter nome nenhum, que elas se acham em situação de prostituição (Cleone Santos, Vídeo *Nosso corpo nos pertence?*, 8: 49).

E sobre a livre escolha:

49. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UvS4hwSa8So>. Acesso em 04/06/2015.

Eu vivi da prostituição durante vinte e dois anos. As mulheres chegam a prostituição, e aí eu coloco todas as mulheres que chegam a prostituição, é por questões econômicas mesmo. E sem contar assim, que a mulher, a maioria, são mulheres muito pobres, semianalfabetas, aquela coisa que a gente sabe que tá ali porque não teve outra opção. (Cleone Santos, Vídeo Nosso corpo nos pertence? 6: 48).

Ao contrário da vida luxuosa que, muitas vezes, cerca o imaginário acerca da prostituição das mulheres:

Eu vejo a Praça da Sé e a Floriano Peixoto de Santo Amaro como os grupos mais pobres, né? Que as mulheres são muito pobres, mas os homens, também, que vão lá são aqueles assalariados, né? Bem por baixo, assalariado bem por baixo mesmo (Cleone Santos, Vídeo Nosso corpo nos pertence?, 7: 26).

Assim, fica evidenciada, na fala das militantes da MMM, registrada neste Vídeo, a confirmação do que os dados têm demonstrado. A prostituição está relacionada, para a imensa maioria das mulheres, com o poder dos homens enquanto grupo social sobre as mulheres, ou seja, o patriarcado, e pelas necessidades materiais de sobrevivência dessas mesmas mulheres.

Tramita projeto de lei do deputado Federal Jean Wyllys⁵⁰ propondo regulamentar a prostituição no Brasil. Tal iniciativa já havia sido realizada pelo ex-deputado Fernando Gabeira, sem sucesso. Sobre isso:

A regulamentação, na visão da gente, quando a gente discutiu no primeiro projeto, do Gabeira, porque o do Jean Wyllys é o do Gabeira melhorado, ele deu uma melhoradinha nele e só isso, porque não tem muito o que colocar num projeto desse, quer dizer, vai regulamentar, vai facilitar pro explorador, vai facilitar pra todo mundo, eles vão virar grandes empresários e a gente vai ficar com um problema ainda maior na mão por isso a gente é contra a regulamentação, a gente não aceita essa ideia de jeito nenhum (Cleone Santos, Vídeo nosso corpo nos pertence? 9:11).

O problema maior ao qual se refere Cleone é a mudança de *status* do proxeneta de criminoso para empresário. Dessa forma, a exploração sexual das mulheres não

50. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. Acesso em 30/03/2015.

oferecerá riscos àqueles homens e mulheres que lucrarão com a venda dos corpos alheios. Como o projeto prevê a organização em cooperativas de mulheres, a precarização fica ainda mais disfarçada.

Além do vídeo e da cartilha, várias ações e formações foram realizadas para debater e aprofundar o tema, não só entre as militantes, mas com a sociedade em geral. Um dos períodos de maior mobilização foi durante a Copa do Mundo da Federação Internacional do Futebol (FIFA), no Brasil. Uma das intervenções foi a colagem de lambes nos pontos da cidade de maior circulação de turistas, como o Bairro Cidade Baixa, onde se concentram bares e restaurantes, e os arredores do Estádio Beira-Rio.



Ilustração 15: Foto de colagem em frente ao Estádio Beira Rio. Arquivo pessoal.

Para se fazer entender pelos/as turistas, houve o cuidado de utilizar outros idiomas, nos lambes.



Ilustração 16: Colagem realizada em frente ao Estádio Beira-Rio. Foto: Cintia Barenho

Assim, a MMM denuncia a prostituição como cativo e as suas tentativas de regulamentação como estratégias do capital para descriminalizar proxenetas e clientes, anunciando que somente uma sexualidade livre, não baseada na compra e venda dos corpos das mulheres, pode ser chamada de livre.

4.2.3 - Se o Papa fosse Mulher, o aborto seria legal



Se a prostituição é o tema mais controverso entre as feministas, o mais convergente, certamente, é a questão da descriminalização e legalização do aborto. A ingerência do patriarcado, através da regulamentação do corpo das mulheres, da sua autonomia em relação aos direitos sexuais e reprodutivos é mediada pela relação com o Estado. Cotidianamente, as mulheres têm seus direitos humanos desrespeitados no mundo todo. As mais diversas formas de violência fazem parte da vida de muitas mulheres. Entretanto, tão perverso quanto essa realidade é a falta de garantia de acesso às políticas públicas que buscam combater e minimizar os traumas gerados. O Brasil, constitucionalmente, é um Estado laico, ou seja, onde as leis não deveriam ser baseadas em convicções religiosas. Entretanto, o avanço do setor religioso vem ameaçando ainda mais a garantia dos já frágeis direitos conquistados pela luta das mulheres.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)⁵¹ identificou setenta e quatro deputados federais evangélicos, eleitos em 2014. Dessa forma, tem-se o Congresso mais conservador desde o Golpe Militar de 1964. Cabe ressaltar que

51 Disponível em: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24534:bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados&catid=59:noticias&Itemid=392/. Acesso em 30/03/2015.

nessa lista não constam os católicos⁵² ou os também cristãos (anglicanos e/ou os luteranos), nem aqueles que, apesar de não professarem nenhuma fé publicamente, temem qualquer tipo de confronto com a essa população. É sem nenhum constrangimento que parlamentares, em sua imensa maioria homens, legislam sobre a vida de milhares de mulheres, a partir de suas crenças pessoais e de seu universo masculino.

Atualmente são feitos cerca de um milhão de abortos por ano no Brasil, sendo a quinta causa de morte materna⁵³. Os óbitos têm cor e classe. São, em sua maioria, mulheres negras e pobres, uma vez que as clínicas clandestinas cobram um alto valor, e quanto mais segura, mais cara. As mulheres pobres buscam soluções caseiras e perigosas, como utilização de agulhas para perfurar a placenta, medicamentos comprados clandestinamente, entre outras técnicas perigosas. As que possuem condições financeiras buscam clínicas onde as condições de higiene são mais altas, compram medicamentos em locais mais confiáveis, ainda que, no caso de ocorrer algum problema, não possam responsabilizar ninguém.

Em pesquisa realizada em 2010⁵⁴, constatou-se que a maioria dos abortos realizados no Brasil era de mulheres católicas, seguidas pelas evangélicas e, em terceiro lugar, por mulheres de outras religiões. Aos quarenta anos, uma em cada cinco mulheres já provocou pelo menos um aborto. A Marcha Mundial das Mulheres tem lutado para que o aborto deixe de ser crime no Brasil e que a interrupção da gravidez possa ser feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A criminalização das mulheres possui um fundo moralista e baseado fortemente em crenças religiosas. O Brasil, apesar de ser constitucionalmente um Estado laico, vem convivendo com uma ofensiva dos setores conservadores, que buscam retrocessos justamente nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Assim, quando a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo passa a ser cerceada por

⁵² “A permissão temporal concedida pelo Papa Francisco para que os sacerdotes perdoem mulheres que tenham abortado supõe “abrir uma porta” que “já não se fecha” para a **Igreja católica**, afirmou **Boff**.” Entrevista com Leonardo Boff, sobre o Papa e o aborto, publicada pelo Instituto Humanitas da Unisinos, em 04/09/2015. Disponível no site: www.ihu.unisinos.br/.../546449-leonardo-boff-sobre-o-papa-e-o-aborto-... Acesso em 11/09/2015.

⁵³. Disponível no site: <http://cebes.org.br/2014/09/interrupcao-da-gravidez-e-quinta-maior-causa-de-morte-materna/Acess>. Acesso em 03/06/2015

⁵⁴. Disponível no site: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/09/PNA.pdf>. Acesso em 03/04/2015.

projetos de lei de cunho religioso e fundamentalista, como estamos vendo nos últimos tempos⁵⁵, não só o conceito de Estado laico, mas também o de Democracia, precisa ser discutido. Ainda hoje, a legislação sobre o direito ao aborto é bastante diferente de um país para outro. No caso da realidade brasileira, a interrupção voluntária da gravidez é considerada crime contra a vida, gerando pena de um a três anos de prisão para a mulher que provoque ou permita que outra pessoa lhe provoque um aborto, segundo o Art. 124 do Código Penal, em vigência desde 1940.

Até o ano de 2012, apenas em dois casos o aborto não era punido: risco de vida para a gestante (aborto necessário) e gravidez resultante de estupro, ambos tipificados nos Art. 128 do Código Penal Brasileiro. A partir de 2012, após julgamento do STF⁵⁶ também se permitiu o abortamento em casos comprovados de feto anencefálico (aborto terapêutico). Nesses casos, o governo brasileiro é obrigado a fornecer gratuitamente o abortamento pelo Sistema Único de Saúde.

A Marcha Mundial das Mulheres participou da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) sobre violência contra a Mulher em 2012, no Rio Grande do Sul.⁵⁷ Segundo o Relatório, os hospitais conveniados em Porto Alegre não estavam realizando os procedimentos nos casos legais, evidenciando a violação dos direitos das mulheres. Apenas o Hospital de Clínicas realizava corretamente o atendimento, em especial os decorridos de estupros. Em artigo para Relatório Azul da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS de 2013.⁵⁸, o Movimento denuncia a pouca credibilidade dada às mulheres quando buscam atendimento:

Entre as características atribuídas às mulheres está o imaginário da pecadora, da ardilosa e mentirosa, a Eva que tirou Adão do paraíso e imputou a todas as outras o dever da submissão e da dor. Diante disso, como pode uma lei basear-se na palavra de uma potencial enganadora? E se ela mentir? E se a gravidez for fruto de uma relação consentida? Ela deveria ter se cuidado. E se o estupro ocorreu porque ela estava vestida inadequadamente? E se ela provocou? O

55. Disponível no site: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/saiba-como-a-bancada-evangelica-pode-mudar-a-sua-vida-4704370.html>. Acesso em 04/06/2015.

56. Disponível no site: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204878/>. Acesso em 31/03/2015.

57. Dossiê do Movimento de Mulheres do Rio Grande do Sul à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/download/SubdaMulher/Anexo%201.PDF/>. Acesso em 03/04/2015.

58. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CCDH/RelAzul/relatorioazul_2013.pdf/. Acesso em 03/04/2015.

parágrafo traz as frases que externalizam o pensamento da sociedade patriarcal, baseada na ideia da mulher como um ser ardiloso, inferior, carregado do imaginário cristão-ocidental da mulher pecadora (GIL; DUARTE, 2013).

Ou seja, no imaginário do senso comum, a gravidez ocorre pela falta de cuidado das mulheres, assim como o estupro. Os órgãos públicos que deveriam acolhê-la, cumprindo a lei, colocam suas posições e preconceitos acima dos direitos conquistados pelas mulheres. Além disso, seja nos casos legais ou nos clandestinos, raramente questionam a responsabilidade masculina.

Quanto à defesa da vida, a MMM compreende que lutar pela descriminalização é priorizar e defender a vida das mulheres. A imagem abaixo é utilizada nos materiais do Movimento e em camisetas confeccionadas para o dia 28 de setembro, dia latino-americano de luta pela legalização do aborto.



Ilustração 17: Disponível em: Ilustração da imagem utilizada nas camisetas e materiais 1: <https://grupovaniaaraujo.wordpress.com/2010/09/26/dia-28-de-setembro-dia-da-luta-pela-legalizacao-do-aborto/>. Acesso em 03/04/2015.

Em vídeo⁵⁹ produzido pelo *Ópera Mundi* intitulado “A Situação do Aborto no Mundo”, Nalu Farias, militante da MMM, apresenta uma aula pública sobre o assunto. Nele a militante lembra que o aborto está além da questão de classe, mesmo que seja mais difícil e menos seguro para as mulheres pobres, sendo praticado por mulheres de todas as classes sociais. Coloca que o aborto nem sempre foi crime, tampouco assunto

59. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?t=501&v=m6xJpyltnBg/>. Acesso em 03/04/2015.

de homens, sendo suas técnicas de conhecimento das mulheres durante longos períodos na história. A proibição do aborto está inserida no processo de controle do corpo feminino, conforme trecho abaixo:

A forma como o aborto é tratado foi mudando, e também as interferências, justamente numa sociedade que cada vez mais aprofunda os mecanismos de controle do corpo e da sexualidade das mulheres. Muitas vezes, pra nós que não vivemos mais o tabu da virgindade, as questões da obrigação da castidade, pode pensar que esse controle do corpo acabou, mas não acabou. O corpo das mulheres continua sendo considerado um corpo inadequado, deformado, que precisa de correção, que ele só está bem se ele está cumprindo essa função da maternidade. (4: 09)

Dessa forma, o Movimento denuncia a questão do aborto a partir do controle do corpo e da vida das mulheres, através da negação de sua autonomia. Esse corpo que precisa de correção e que se realiza na maternidade é o corpo mercantilizado que se corrige através do consumo de produtos estéticos, que se vende na prostituição e que fica sacralizado na família. Anuncia que a liberdade sobre o corpo e sobre a sexualidade só pode acontecer através da legalização do aborto, uma vez que não é apenas uma questão de informação. Não existem métodos cem por cento seguros e sempre ocorrerão situações onde o cuidado necessário não será tomado. Negar tal realidade só levará mulheres ao óbito. Evidentemente que o acesso aos métodos contraceptivos, à educação sexual e às demais políticas públicas é imprescindível, mas a autonomia das mulheres para poderem decidir sobre suas vidas sempre será uma luta necessária.

4.3 - Autonomia Econômica

Ter suas necessidades materiais atendidas é fundamental para qualquer ser humano. Mais ainda, quando falamos de mulheres, visto que são elas que estão historicamente no lugar de responsáveis pela reprodução humana e pelos cuidados de

si e dos demais membros da família.

Com o advento do capitalismo, a compreensão de trabalho deslocou-se da produção familiar para a produção de mercadorias. O trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico ficou invisibilizado e o trabalho dos homens cada vez mais realizado no espaço público, valorizado. O capitalismo organizou a produção de mercadorias e o trabalho de forma a aprofundar a divisão sexual do trabalho, impondo às mulheres o trabalho fabril, sem diminuir o peso do trabalho doméstico e de cuidados nas suas vidas.

Pesquisas têm demonstrado que as condições econômicas são determinantes para sair de situações de violência. Em recente matéria da revista *Marie Claire*⁶⁰, uma pesquisadora que é antropóloga, constatou⁶¹ que programas de distribuição de renda permitiram impactos positivos na vida das mulheres, incluindo a possibilidade de divórcio. Não é objetivo deste trabalho debater o impacto desse tipo de política, mas cabe ressaltar que, numa sociedade capitalista e patriarcal, ter recursos financeiros que não dependam da relação com pai ou marido é aspecto fundamental para a conquista de autonomia por parte das mulheres.

Dessa forma, as análises e pesquisas econômicas precisam contemplar a diferença entre os sexos, uma vez que, mesmo afetando homens e mulheres, são elas que estão nos trabalhos mais precários, em maior número na situação de vulnerabilidade. A maioria dos pobres do mundo são mulheres⁶², no Brasil, entre aqueles que vivem com menos de um dólar por dia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% do total de 8 milhões de mulheres nessa situação são pretas e pardas⁶³. Assim, segundo Hirata (2013, p. 13):

Por otro lado, el proceso de globalización, si bien creó más empleos para las mujeres, tanto en los países capitalistas desarrollados como en los países denominados «en vías de desarrollo», creó empleos vulnerables y pre-carios que acentuaron la división sexual del trabajo y las desigualdades sociales, no sólo de género, sino también de clases y de razas. Las privatizaciones, la

60. Disponível no site: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/o-bolsa-familia-e-revolucao-feminista-no-sertao.html/>. Acesso em 03/04/2015.

61. A matéria informa que será lançado um livro com os resultados da pesquisa, contudo, ainda não estão disponíveis.

62. Disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/women/feminizacao.pdf/>. Acesso 04/03/2015

63. Disponível em: http://www.unifem.org.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=146883/. Acesso em 04/03/2015.

disminución de la protección social, la reducción de todos los servicios públicos, que comenzaron con el ajuste estructural de los años ochenta y son la tendencia actual, tanto en los países del Norte como del Sur, tienen como consecuencias no la disminución del trabajo decente para mujeres y hombres, sino también la explotación creciente del trabajo gratuito de las mujeres en la esfera doméstica y familiar.

Diante disso, discutiremos a seguir a visão da Marcha Mundial das Mulheres no campo da economia, trabalho e emprego das mulheres.

4.3.1 - Economia Feminista: tirando as trabalhadoras da invisibilidade

Nos estudos realizados até aqui fica evidente a denúncia da necessidade de superação do capitalismo. Esse sistema não pode, jamais, libertar as mulheres, pois sobrevive graças à divisão sexual do trabalho e a desvalorização do trabalho feminino, além da exploração e apropriação do produto do trabalho de ambos os sexos. Para compreender a sociedade capitalista a MMM adota uma forte crítica, não só às teorias da economia dominante, mas também às teorias marxistas clássicas. A economia é uma área de conhecimento socialmente reconhecida como masculina, possivelmente pela grande quantidade de conhecimentos matemáticos necessários para a sua compreensão e pela visão do senso comum de que os meninos "preferem" a matemática. Porém, mesmo que saíamos da economia como área de conhecimento e partamos para a economia compreendida como fenômeno social, ela continua desconsiderando as mulheres e suas experiências. A lógica androcêntrica continua a balizar nossa compreensão da esfera econômica.

Para contrapor tal visão surgiu o debate sobre a economia feminista. Ou seja, do resgate da experiência e do trabalho feminino para a manutenção e produção da vida, não só orgânica dos seres humanos, mas também econômica. Cabe ressaltar que não existe uma linha de pensamento unitário sobre a economia feminista, sendo foco de estudos nas mais diferentes correntes de pensamento. Diante disso, suas críticas também caminham em diferentes posições, mirando não só as teorias liberais, mas também às marxistas. Sobre isso, vejamos:

Além da crítica metodológica e epistemológica às tradições existentes, a temática estudada nas últimas três décadas é muito ampla (...). Dentre os temas analisados destacam-se, o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho, as políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos enfoques que permitam a análise global da sociedade. Basicamente é questionado o viés androcêntrico da economia, que se evidencia nas representações abstratas do mundo usadas habitualmente pelos pesquisadores, onde se omite e exclui às mulheres e à atividade fundamental que estas realizam, não conseguindo assim analisar suas restrições e situações específicas (CARRASCO, 2013, p. 2).

Dessa forma, a Economia Feminista visa ampliar a o debate em torno dos campos de produção e reprodução, denunciando que, para a economia capitalista que é dominante, existe um modelo de indivíduo autônomo servindo de referência. Contudo essa referência não é aleatória, o *homo economicus* é o homem, branco, com cerca de trinta anos, com uma base de conhecimento construída na frequência à escola e no acompanhamento de leituras atualizadas, com relativo capital (NOBRE, 2013). Esse é o modelo de ser humano idealizado que tem sido considerado para a ciência econômica. A questão está em que essa tipologia, além de interferir nos dados científicos utilizados para explicar a realidade econômica, também forma um estereótipo de trabalhador/a que se ramifica pelas demais áreas de conhecimento, fortalecendo a ideologia da classe dominante e a divisão sexual do trabalho.

[...] A luta de classe não é, como muitos fantasiam, o encontro de dois exércitos classistas (e seus aliados) em uma planície, representação mítica de uma totalidade abstrata onde ocorreria um encontro fatal. Essa luta, pelo contrário, se exerce clandestinamente, para a maioria da população: é forma como os hábitos, os saberes, os costumes dos dominantes assumem um caráter de horizonte ideológico [...] (DIAS, 2009, p.28).

Dessa forma, a teoria econômica dominante, compreendida em seu papel ideológico, ao desconsiderar a divisão sexual do trabalho, reforça e valoriza o trabalho masculino. Perpetua o poder patriarcal através hierarquia do trabalho. Conforme novamente coloca Dias (2009):

O mesmo se poderia dizer do aparato escolar e da vida fabril. Em todos esses âmbitos constrói-se não apenas uma sociabilidade, mas, ao mesmo tempo, captura-se a subjetividade do antagonista. Esse é o primeiro passo para a

tentativa de construção da hegemonia dos dominantes. A captura da subjetividade do antagonista se revela como impedimento da construção do saber dos oprimidos, dos dominados... (Op. Cit. p.29)

A Sempre Viva Organização Feminista (SOF) produziu uma cartilha com linguagem simples e direta para possibilitar a compreensão da Economia Feminista e nela apresenta a denúncia da desvalorização do cuidado com a vida pela Economia dominante e evidencia a intenção educativa do material, denunciando e anunciando, no seguinte trecho:

A economia tradicional analisa somente o trabalho de mercado. A economia feminista analisa junto o trabalho de reprodução da vida. Isso ajuda a entender o trabalho invisível das mulheres no serviço doméstico e de cuidados. A análise da economia feminista ajuda a entender porque as coisas ficaram assim e como isso pode ser modificado. (SOF, pág.16, 2014).

A cartilha é utilizada pelas militantes e no debate da economia feminista pode auxiliar, não apenas as mulheres que participam do MMM, mas pesquisadoras, militantes feministas, educadoras/es, a problematizar os lugares socialmente construídos para homens e mulheres. Permite que se problematizem os indicadores sociais utilizados para medir e explicar, das mais diferentes formas, as atividades humanas. Questionar esses indicadores econômicos e as estatísticas permite pensar sobre a própria vida, em como estamos ligados pelo trabalho social e sobre a falácia de que podemos usar um ser humano único para pensar sobre nossa realidade.

E acima de tudo, a Economia Feminista supera o debate do público e do privado, pois demonstra a impossibilidade da existência humana sem o trabalho das mulheres e a impossibilidade de uma vida digna para homens e mulheres sem o compartilhamento do trabalho em todas as suas dimensões. A Economia Feminista é uma ferramenta chave para a superação das dicotomias e a construção de um pensamento econômico, social e político que respeite e considere a realidade das mulheres.

4.3.2 - Trabalho Doméstico e de Cuidados

Já foram bastante mencionados, nessa dissertação, os impactos da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres. Entretanto, correndo o risco de ser repetitiva, nesse momento, creio que cabe reforçar esse conceito pela centralidade que assume no tópico que inicio. Tal risco se justifica na medida em que, como vimos logo acima, o trabalho das mulheres é invisibilizado tanto pela teoria econômica dominante e marxista, como pelo conjunto da sociedade.

A desvalorização do trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, tem raízes na divisão sexual do trabalho, no machismo e na escravidão. A divisão sexual do trabalho é a divisão de tarefas, trabalhos, entre atividades masculinas e femininas, constituídos de importância hierárquica, sendo os trabalhos destinados aos homens mais importantes do que os destinados às mulheres. É um fenômeno que se reestrutura de acordo com a sociedade e o tempo histórico no qual está inserido. Dessa forma, ao longo da história, na maioria das comunidades, foram as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico e, por conta disso, como veremos, tais atividades passaram a ser desvalorizadas socialmente.

Para compreender a desvalorização do trabalho doméstico, precisamos evidenciar os conceitos de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O primeiro é o tipo de trabalho que, como já diz o nome, produz valores de uso, ou seja, mercadorias que podem ser vendidas e compradas. O segundo, comumente realizado pelas mulheres, refere-se aos trabalhos que permitem e garantem que os/as trabalhadores/as tenham condições de reproduzir sua força de trabalho: limpar a casa, cozinhar, lavar a roupa, cuidar dos filhos e das pessoas idosas/os da família. A força de trabalho é a única mercadoria que possui o/a trabalhador/a: a sua capacidade de trabalhar e produzir mercadorias. Assim, mesmo sendo fundamental para a sociedade, o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, é interpretado como tarefa natural das mulheres, e por ser visto como inerente à condição de fêmea é invisibilizado pela sociedade. Teóricas feministas e movimentos organizados de mulheres buscam, cada vez mais, denunciar a impossibilidade de separar trabalho produtivo e reprodutivo dentro da lógica capitalista.

A separação entre trabalho doméstico (reprodutivo), realizado prioritariamente pelas mulheres, e trabalho produtivo, destinado aos homens, permaneceu, durante muito tempo, naturalizada. O movimento feminista procurou denunciar essa questão, apontando que essa separação dentro do mercado de trabalho não representava o destino natural de cada sexo, mas era fruto da organização do trabalho e da economia. O movimento passou, então, a revelar as grandes contribuições do trabalho reprodutivo para o sistema capitalista, entre elas a de reproduzir a baixo custo a força de trabalho e a de exercer de forma gratuita parte do trabalho necessário à manutenção da economia capitalista. (FREITAS, 2007, p. 11).

No sistema capitalista, o trabalho feminino assumirá um novo caráter. Com a chegada da Revolução Industrial, as mulheres passaram a fazer parte da força de trabalho dentro das fábricas, juntamente com as crianças. Entretanto, o trabalho do lar continuou o mesmo, caracterizando então o que se chamaria dupla jornada de trabalho. Da Primeira Revolução Industrial até os dias atuais a vida das mulheres sofreu largas mudanças, em especial nos grandes centros urbanos. A entrada das mulheres no mercado de trabalho se deu de forma massiva, sem diminuir com isso suas responsabilidades no âmbito doméstico. Será a empregada doméstica que assumirá o lugar na realização do trabalho reprodutivo.

Contudo, a questão de classe não está separada da questão de gênero, uma vez que as mulheres a enfrentarão conforme sua classe permitir. As mulheres da burguesia contratarão as mulheres pobres para assumirem em seu lugar as maçantes tarefas do lar, adotando o sistema de delegação (HIRATA, 2013). Às mulheres pobres, que possuem baixa escolaridade, não resta alternativa a não ser vender sua força de trabalho, mesmo que sem o mínimo de direitos. De qualquer forma, a responsabilidade segue sendo feminina. O neoliberalismo manterá a estratégia utilizada no final do século XIX, no universo fabril, porém, incorporando uma parcela de mulheres em setores intelectualizados, que só poderão se manter empregadas através da precarização do trabalhado doméstico remunerado, que as substituirá na dinâmica da divisão sexual do trabalho dentro do lar. Segundo material de formação da MMM sobre o assunto:

[...] Assim, essas mulheres passaram a ter, diretamente, interesses opostos aos daquelas que estão nos trabalhos precários, mal remunerados e em tempo parcial. Entre os retrocessos trazidos pelo neoliberalismo, está a expansão da mercantilização do corpo e da vida das mulheres, que também é marcada pela

dimensão de classe e raça. No mundo inteiro, foi sobre os ombros das mulheres que recaiu uma enorme sobrecarga de trabalho, com diminuição de políticas sociais. Faz parte desse processo o que muitas estudiosas chamam de globalização dos serviços de cuidados, que se refere ao grande contingente de mulheres que migram dos países do Sul para o Norte para trabalhar como empregadas domésticas e cuidadoras em geral. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2013, p. 09).

Pesquisas apontam que o processo de internacionalização do trabalho tem tido sérias consequências para o trabalho feminino. Se, por um lado, os postos de trabalho para as mulheres crescem gradativamente a partir da década de 80, e especialmente nos anos 90 do século passado, com o fortalecimento do neoliberalismo, esses trabalhos são cada vez mais precários, com baixos salários e pouca ou nenhuma regulamentação. Conforme aponta Hirata (2010, p. 12):

Houve um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no setor formal quanto nas atividades informais e um novo crescimento dos empregos no setor de serviços. No entanto, e este é um dos paradoxos da mundialização, seu crescimento foi acompanhado também pelo aumento de sua precarização e sua vulnerabilidade. Estes empregos são frequentemente instáveis, mal remunerados, desvalorizados socialmente, com possibilidade quase nula de promoção e de se fazer carreira, e com direitos sociais frequentemente limitados ou inexistentes tanto na Ásia, quanto na Europa e na América Latina.

Além disso, o conservadorismo tende a aumentar nos períodos de crise e precarização do trabalho, tocando diretamente a vida das mulheres.

A la economía de mercado de la explotación del trabajo no remunerado de las mujeres corresponde una sociedad de mercado que presupone la organización de las y los trabajadores en familias nucleares. Podemos comprobar que en las últimas dos décadas ha habido un aumento continuo del conservadurismo, que valoriza el rol de las mujeres en la familia para justificar su sobrecarga de trabajo y responsabilidad frente al recorte de políticas públicas de apoyo a la reproducción social (en países donde éstas existían) o para impedir la aprobación de tales medidas. Al mismo tiempo, hay una creciente presión que empuja a las mujeres a salir del mercado de trabajo como forma de disminuir las tasas de desempleo. Entre los mecanismos utilizados están la oferta de salarios más bajos para las mujeres, la imposición del recorte a los servicios públicos que provocan tanto mayor desempleo de mujeres (que son mayoría en el sector público) como más tareas de cuidados asumidas por ellas sin costos para el Estado o el sector privado (COMITÉ INTERNACIONAL MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2013, p. 07).

Portanto, está evidenciado que, em períodos de retrocesso de direitos sociais, avanço de políticas que beneficiam o capitalismo e precarização do trabalho, os efeitos não são os mesmos para homens e mulheres. O sexo feminino segue sendo um poderoso recurso de acumulação e reprodução do capital, que, aliado ao patriarcado, reforça o conservadorismo e o controle sobre a vida das mulheres.

A Marcha Mundial das Mulheres focaliza seu debate sobre trabalho doméstico e de cuidados através de diversos materiais formativos, como vídeos, panfletos, livros e ações diretas. Um dos mais citados pelas militantes é o vídeo⁶⁴ “Mulheres Invisíveis”, produzido em 2010 pela Sempreviva Organização Feminista⁶⁵, que discute a invisibilidade do trabalho das mulheres e a importância do mesmo para a manutenção do capitalismo. Com linguagem acessível e trazendo elementos do cotidiano das mulheres trabalhadoras, já em seu início apresenta uma mulher vendendo alimentos no sinal de trânsito, representando a precarização da qual tratamos acima. Em seguida, se iniciam as falas de uma locutora da qual não podemos visualizar o rosto, explicando com ilustrações o que significa a divisão sexual do trabalho e de como o capitalismo aprofundou a hierarquia entre trabalho de homens e de mulheres, bem como o trabalho assalariado é sustentado pelo trabalho doméstico. Entre as ilustrações, pesquisadoras do Movimento trazem dados sobre essa realidade.

Mesmo aquelas famílias onde o homem é o único provedor, é o chefe sozinho da família, não existe uma outra mulher naquela família, os homens gastam só quinze horas por semana com o cuidado da família. Isso significa que parte dessa tarefa que seria de responsabilidade dele, ele passa para uma outra mulher executar, que aí muitas vezes é a namorada, é a mãe, é a irmã, ou até mesmo uma empregada que ele contratou para realizar aquelas tarefas domésticas.” (Rosane Silva, Secretária de Mulheres da CUT Nacional e militante da MMM, Mulheres Invisíveis, 03;12).

Em seguida, são apresentadas entrevistas com transeuntes, homens e mulheres, falando sobre quem realiza o trabalho doméstico nas suas casas. A comprovação do quão invisível é o trabalho que as mulheres realizam fica evidenciado nas suas próprias falas. Vejamos essa resposta de uma mulher que afirmou o que faz em casa *“Eu só cuido da casa e de uma filha que tem problemas de saúde graves e eu tomo conta*

64. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VycN-Jsm9Lg>. Acesso em 04/04/2015.

65. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/videos/> Acesso em 04/04/2015.

dela. Sou casada, tenho cinco filhos, dois casados e três solteiros.” (Mulheres Invisíveis, 03: 58). Quando é perguntada sobre se o marido a ajuda, ela responde: *“No trabalho de casa, não. Só as filhas, as duas filhas ajudam a fazer alguma coisa, mas o pesado mesmo sou eu quem faço. Lavo, passo, cozinho, limpo”.* (MULHERES INVISÍVEIS, 04:14)

Essa mulher está inserida no modelo de família tradicional, onde o homem é provedor e mulher cuida dos filhos. Entretanto, podemos identificar ainda mais dois trabalhos e/ou funções principais delegadas às mulheres, segundo Hirata (2013): o de delegação, onde uma mulher delega a outra o trabalho doméstico e de cuidados, e o de associação, onde os membros da família repartem e compartilham o trabalho doméstico. As falas trazem os três modelos, mas o de associação surge em apenas uma fala, onde o homem diz trabalhar mais em casa porque o trabalho da mulher exige mais. Contudo, é possível que na realidade, não seja bem assim.

Se o vídeo denuncia as dificuldades do trabalho feminino, anuncia que *“Uma sociedade de oportunidades, de iguais oportunidades, significa ter iguais oportunidades para homens e mulheres, tanto no espaço público, quanto no espaço privado.”* (Marilane Teixeira, MULHERES INVISÍVEIS, 07:27), bem como *“Nós queremos sim a redução da jornada de trabalho, assim como a oportunidade de voltar a estudar, a oportunidade de ter momentos de lazer, creches públicas como um direito da família, um direito da criança e um dever do estado.”* (Rosane Silva, Mulheres Invisíveis, 07:45)

E segue fazendo a crítica da visão que reduz o econômico ao monetário, seguindo a linha de pensamento da Economia Feminista que já debatemos anteriormente. Ou seja, a MMM traz uma valorização sobre o cotidiano das mulheres, sobre aquilo que elas fazem cotidianamente em suas casas e lares. Devolve o valor daquilo que não tem preço para a sociedade capitalista.

6. Considerações Finais

Num diálogo entre José Saramago e Pilar Del Rio, no documentário José e Pilar, ele pergunta por que ela é tão feminista. Ela, então, responde: *Preciso ser feminista por aquelas que não são*. Penso que esse diálogo cabe bem à MMM. Suas lutas estão para além do cotidiano das militantes, é uma luta pela libertação de homens e mulheres em todo o mundo.

Considero, a partir desse estudo, que a marcha Mundial das Mulheres é espaço de luta, construção de um feminismo anticapitalista e que, em movimento, muda a vida das mulheres. Mais do que isso, organiza mulheres, para, entre si, educando umas as outras, mudarem suas vidas e a de tantas outras. A Marcha Mundial das Mulheres educa para outro mundo possível, livre do machismo, racismo, homo e lesbofobia. Educa para além do capital, para um mundo sem muros, sem algemas. Ao longo desse trabalho busquei investigar a forma como este Movimento realiza essa educação que não parece educação porque não se realiza na escola, mas na vida, nas marchas da vida... Evidentemente, é uma leitura parcial de um dado momento histórico. Espero que outros trabalhos sejam realizados sobre esse Movimento, pois, certamente, outros pontos podem ser explorados teoricamente. Espero, também, que essa dissertação possa contribuir para que o Movimento se conheça melhor, caso se reconheça na análise que dele fiz. Mesmo tendo buscado escrevê-lo junto com o Movimento, tenho consciência de que a autora sempre expressa mais daquilo que é seu, uma vez que é dela a escrita final. Terminei tranquila, cheia de amorosidade, embebida na boniteza da luta dessas mulheres.

6. Referências:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. *Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.*

BORGES, Maria Célia; DALBERIO, Osvaldo. *Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação*. 2007. Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/1645Borges.pdf> . Acesso em: 24 abr. 2015.

CARVALHO, Marília. Um olhar de gênero sobre políticas educacionais. In: FARIAS, Nalu; NOBRE, Miriam; AUAD, Daniela (Org.). *Gênero e Educação*. São Paulo: SOF, 1999. p. 9-23.

CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das Identidades profissionais*. Universidade FUMEC. 2006. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf. Acesso em 22/04/2015.

CARRASCO, Cristina. *Introdução: Para uma economia feminista*. SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2013. Acesso: em 12/11/2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/categorias/cadernos-sempreviva>.

CASTRO, A. M. e DIAS, E. F. *Introdução ao pensamento sociológico*. 9ª edição. Rio de Janeiro. Eldorado. 1985.

CODAS, Gustavo. Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e as possibilidades das análises econômicas e de gênero. FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *Economia Feminista*. São Paulo, SOF, 2002

COMTE, A. *Discurso sobre o Espírito Positivo*. São Paulo. Ed. Abril. 1973. Coleção Os Pensadores.

COMITÊ INTERNACIONAL MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (São Paulo). Elementos para el debate y definición de la 4a Acción Internacional de la Marcha Mundial de las Mujeres en 2015. 2013. Disponível em: <https://encontrommm.files.wordpress.com/2013/08/contexto-es-final.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

CURY, C. R. J. *Educação e Contradição*. 4ª edição. São Paulo. Cortez e Autores Associados. 1989.

DE MOND, Nádia. Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 11, n. 2, 2001. July/dec. 2003.

DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 2ª edição. São Paulo. Atlas. 1989.

DIAS, Edmundo Fernandes. Marx e Gramsci: sua atualidade como educadores. In:

MENDONÇA, Sueli G. de L.; SILVA, Vandêi Pinto; MILLER, Stela. (Orgs). *Marx, Gramsci e Vygotsky: aproximações*. Araraquara/Marília: Junqueira & Marin/Cultura Acadêmica, 2009.

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo. Abril. 1973. Coleção "Os Pensadores".

EL SAADAWI, N. (2002). *A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe*. Global. Alfa-Omega, 1980

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. IN: FARIA, Nalu, POULIN, Richard (Orgs.). *Desafios do Livre Mercado para o Feminismo*. SOF, São Paulo, 2005. Gênero, patriarcado, violência. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; COELHO, Sonia; MORENO, Tica. *Prostituição: uma abordagem feminista*. 2013. http://br.boell.org/sites/default/files/prostituicao_uma_abordagem_feminista.pdf . Acesso em: 05 jun. 2015.

FERRARO, Alceu R.; RIBEIRO, Marlene. *Movimentos sociais: revolução e reação*. Pelotas/RS: EDUCAT, 1999.

FREIRE, Paulo. O processo de alfabetização política. *Rev. da FAEEBA*, Salvador, n. 7, p. 19-33, jul./ago. 1975. Site: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/1126/>. Acesso em 16/03/2015.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 23ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996

_____. *Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho*. Obra de Paulo Freire; Série Capítulos, 1997.

FREITAS, Tais Viudes de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: FREITAS, Tais Viudes de; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado*. São Paulo: SOF, 2007. p. 09-66.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, 11(3) set./dez.1989

_____. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. COSTA, H; CONCEIÇÃO; M. (Orgs.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: CUT(2005): 19-26.

GIL, Vanessa; DUARTE, Raquel. Artigo da Marcha Mundial das Mulheres/RS: O atendimento ao abortamento legal e a negligência do Estado. In: Porto Alegre. *Comissão de Direitos Humanos Alrs. Assembleia Legislativa do RS. Relatório Azul* 2013. Porto Alegre: Alrs, 2013. p. 20-23. Disponível em: file:///C:/Users/Administrador/Documents/Mestrado/artigos/relatorioazul_2013.pdf. Acesso em: 03 abr. 2015.

GONZÁLEZ, Ana I. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. Tradução de Alessandra Ceragatti. (et alii). 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: SOF-Sempreviva Organização Feminista, 2010.

HIRATA, Helena. Empleo, responsabilidades familiares y obstáculos socio-culturales. In: *América Latina en Movimiento: Feminismo Popular para Cambiar el Mundo*. Quito: Alai, v. 489, n. 10, 2013. Mensal.

_____. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. *Revista Feminista*, nº 2, SOS Corpo, Recife, 2010.

IPEA. *Comunicado Ipea 149. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero*. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/sto>

_____. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. 2014. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-/content/uploads/2014/04/IPEA_sips_violenciamulheres04042014.pdf . Acesso em: 12 maio 2015.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México e DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

LALLEMENT, Michel. *História das ideias sociológicas: Das origens a Max Weber*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

LERNER, Gerda. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Critica, 1990.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (São Paulo). *Caderno 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*. 2013. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/artigos/caderno-9o-encontro-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres>>/. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. *Cadernos: Marcha Mundial das Mulheres*. 2008. Disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro MMM Brazil.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2015.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (Portugal). *Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – 2010: Solidariedade feminista internacional em ação*. 2011. Disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/WMW Book 2011 PORTUGU ESE.pdf> . Acesso em: 24 maio 2015.

_____. *CADERNOS MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES*. 2006. Disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro MMM Brazil.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. *Guia das Comunicadoras Feministas na 4ª AÇÃO INTERNACIONAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES*. São Paulo: MMM, 2015.

MARCONI, M. A, Lakatos E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas, 2010.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. v. 1. 8. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATTHAEI, Julie. Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas-marxistas-anti-racistas. In: Nalu Faria e Miriam Nobre (orgs.). *Economia Feminista*. São Paulo, SOF, 2002

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOBRE, Miriam. *Introdução à Economia Feminista*. 2013 Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20a%20economia%20feminista%20-%20Miriam%20Nobre.pdf> . Acesso em: 05 abril. 2015.

_____. FARIA, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC. n. 11, p.623-632, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19144.pdf> . Acesso em: 01 jun. 2015.

PARSONS, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo, Livraria Pioneira, 1984.

PINTO, Celi Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Marlene. Abordagens na História da Educação Brasileira: analítica, fenomenológica, historicista e marxista. *Caderno Didático do Departamento de Fundamentos da Educação*, nº 64. Centro de Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 1991. 50 p.

ROCHA, Maria Diaz; QUEIROZ, Mônica. O significado da cor na estampa do tecido popular: a chita como estudo de caso. *Anais Colóquio de Moda*, 2010. Disponível em: http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/6-Coloquio-de-Moda_2010/68848_O_significado_da_cor_na_estampa_do_tecido_popular_-_a_.pdf/ Acesso em 14/04/2015

SAFFIOTI, Heleith. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAVIANI, Demerval. O nó do ensino de 2º grau. *Bimestre*, São Paulo: MEC/INEP – CENAFOR, n. 1, out. 1986.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SOF (São Paulo). Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar. In: *SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA* (São Paulo). Como a economia feminista vê os trabalhos de reprodução a vida. São Paulo: Sof, 2014. p. 14-

23.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1992.